



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

A Abordagem Colaborativa em Contexto das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens

Isabel da Conceição Abreu Rebouta Antas

Mestrado em Serviço Social

Orientadora: Doutora Helena Belchior Rocha, Professora Auxiliar
Iscte-Instituto Universitário de Lisboa

Junho, 2021

A Abordagem Colaborativa em Contexto das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens

Isabel da Conceição Abreu Rebouta Antas

Mestrado em Serviço Social

Orientadora: Doutora Helena Belchior Rocha, Professora Auxiliar
Iscte-Instituto Universitário de Lisboa

Junho, 2021

“Não nos podemos instalar simplesmente nas vitórias de ontem, nos saberes adquiridos de um dia, nas experiências de uma determinada etapa. O recomeço supõe uma abertura esperada em relação ao hoje, encarando-o com a pobreza e a ousadia de quem aceita, depois de ter percorrido já uma estrada, considerar que está novamente, e que estará até ao fim, a viver sucessivos pontos de partida. “

(in “O caminho e a estalagem”, de Tolentino Mendonça)

AGRADECIMENTOS

Nada na vida se faz ao acaso e todas as decisões que se tomam têm sempre por detrás pessoas que pelo seu enorme contributo nos acompanham nas diferentes etapas da vida e nos objetivos que nos propomos alcançar ao longo desta. Expresso desta forma, a minha eterna gratidão, sincera consideração e estima às pessoas que de facto estiveram comigo e demonstraram ser essenciais e marcantes neste percurso académico, partilhando com todos uma série de sentimentos como angústia, ansiedade, amor, carinho, compreensão, superação, resiliência, esperança, esforço, foco, encorajamento, felicidade e alegria, que à sua maneira acreditaram sempre em mim e estiveram nos momentos cruciais na concretização deste projeto pessoal e académico.

Início as primeiras palavras à Professora Doutora Helena Belchior Rocha por quem tive um enorme prazer em conhecer enquanto pessoa e profissional, que pelas suas orientações, pelas suas reuniões animadas, pelas suas reflexões, diretrizes, disponibilidade, ensinamentos e motivação em muito contribuíram para a concretização desta dissertação e que me guiarão certamente no meu futuro profissional, com um novo “olhar” entre a teoria e prática e vice-versa.

Aos Professores do mestrado em especial à Doutora Maria João Pena, aos Doutores Nuno Nunes, Jorge Ferreira e Inês Amaro pelo carinho, atenção e disponibilidade que sempre demonstraram bem como pela forma como me “espicaçaram” neste meu novo percurso académico.

Aos mestres Joaquim Alves, Ângela Teixeira e José Rebouta (Revisor Oficial de Contas), que apesar da intensidade e azafama das suas vidas profissionais, me ajudaram a reduzir os níveis de stress e ansiedade, motivando-me de forma eximia, com muito carinho, paciência e sabedoria, ajudaram-me a “voar” e acreditaram em mim de forma incondicional e me encorajaram na concretização deste projeto académico.

À Cristina Morais, minha nova amiga e grande parceira nestes dois anos, pelas ajudas, partilha, cumplicidade, pela parceria, confiança e apoio nesta trajetória, e que nos bons momentos partilhados nas nossas viagens, veio firmar a nossa crescente amizade.

À minha amiga de sempre, maravilhosa, irmã, companheira e cúmplice em muitas “lutas” quer pessoais e profissionais Anabela Moura Vieira, que sempre acreditou e motivou para levar este projeto com sucesso na afirmação sobre a importância do trabalho colaborativo nas equipas, em especial nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens.

A todas as pessoas maravilhosas e contagiantes que me foram dando apoio e carinho incondicionais e que acreditaram sempre em mim, em especial às minhas amigas que pela sua paciência e afeto estiveram sempre presentes e me ajudaram a reduzir a ansiedade e stress à Lígia Almeida Pereira, à Ana

Sabino, Cristina Galinha, Joana Raio, Teresa Guerreiro, Teresa Segurado, Joaquina Antunes, Joana Garcia Fonseca e Elisabete Brasil.

Um obrigado muito especial aos meus pais por serem um grande exemplo e uns seres maravilhosos, por me incentivarem a aprofundarem o meu conhecimento, a não desistir, por me ajudarem sabiamente em todos os momentos da minha vida, pela troca de ideias, pela força nas fases mais críticas, pelos seus conselhos preciosos, pela sua sabedoria e conhecimento.

Aos meus filhos como admiráveis que são, as minhas sinceras desculpas por todos os momentos em que não vos dei atenção, agradecendo a compreensão e resiliência, pelo amor que me deram e serem a luz que me iluminaram e me fizeram acreditar que era possível levar com sucesso esta etapa, um obrigado com muito Amor.

A todas/os comissários/as e ex-comissários/as das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens que colaboraram neste projeto académico que espero que contribua para garantir a defesa do superior interesse da criança e jovens numa lógica colaborativa interprofissional e interinstitucional, muito obrigada e até sempre!

Porque sou mulher de Fé, agradeço a Deus por estar sempre em todos os momentos da minha vida!

Ao pai dos meus filhos, um obrigado muito carinhoso!

RESUMO

Em função da crescente complexidade dos problemas sociais que caracteriza o trabalho desenvolvido nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), uma prática interprofissional e uma liderança colaborativa é cada vez mais necessária na intervenção social, quer ao nível das redes de prevenção quer ao nível da promoção do superior interesse da criança e do jovem aquando da definição do seu projeto de vida.

Foi com base nestas premissas que a presente dissertação, eminentemente de carácter quantitativo, pretendeu compreender como se consubstancia e identifica a abordagem colaborativa em contexto de CPCJ a diferentes níveis nomeadamente na estratégia de liderança adotada nas mesmas, bem como ao nível da participação de cada membro, face à sua interprofissionalidade/interdisciplinaridade aquando da tomada de decisão na gestão do problema social complexo que, no caso, são as crianças e jovens em risco e/ou perigo.

O presente estudo de natureza exploratória e quantitativa de âmbito nacional decorreu durante o mês de abril de 2021 junto de todas as CPCJ, através da aplicação de um questionário online junto dos/das ex-comissários/as e comissários/as. O estudo evidenciou a incorporação de práticas colaborativas ao nível da articulação inter e intrainstitucional bem como na visão holística e sistémica da intervenção, acrescida da importância da autonomia dos profissionais face aos seus saberes académicos na tomada de decisão da gestão do problema social complexo, não obstante, a existência de algumas lacunas no que diz respeito à comunicação e articulação entre os diferentes membros que as compõem.

Palavras-chave: Problema social complexo, modelos de colaboração, liderança colaborativa, interdisciplinaridade, trabalho em equipa, crianças e jovens em risco e/ou perigo

ABSTRACT

According to the increased complexity of social issues that is associated with the work developed in Child and Youth Protection Committees, an inter-professional and collaborative leadership practice is increasingly necessary in social intervention, in prevention networks and in promoting the best interest of children and youth regarding their life project.

Based on these premises that the present dissertation, imminently of a quantitative nature, intended to understand how the collaborative approach is substantiated and identified in Child and Youth Protection Committees on different levels, namely the adopted leadership strategy as well the level of participation of each member, given its interprofessionality/interdisciplinarity when making decisions in managing the complex social problem, which in this case are children and young people at risk and/or in danger.

This nationwide study took place during the month of April 2021 with all the Child and Youth Protection Committees, through an online survey applied to ex- commissioners and current commissioners, evidenced the incorporation of collaborative practices, both at the level of inter- and intra-institutional articulation as well as in the holistic and systemic view of the intervention, with a further importance of the professionals autonomy regarding their academic knowledge in the decision-making of the complex social problem management. Nevertheless, there's also evidence of some gaps regarding communication and articulation between the different members that compose them.

Keywords: Complex social problem, collaboration models, collaborative leadership, interdisciplinarity, team work, child and youth at risk and/or in danger

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

AML - Área Metropolitana de Lisboa

AS - Assistente Social

CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

LPCJP - Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

CNPDPCJ - Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens

IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social

ONG - Organizações Não Governamentais

SPSS - Statistical Package for Social Sciences

NUTS - Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

ÍNDICE

Agradecimentos	i
Resumo.....	iii
Abstract.....	iv
Glossário de Siglas.....	v
Índice.....	vi
Índice tabelas.....	vii
Índice gráficos.....	viii
Índice figuras.....	ix
Introdução	1
CAPÍTULO I – Enquadramento teórico “O Olhar sobre a Criança” – Sistema de promoção e proteção.....	5
1. Modelo de Proteção - As Comissões de Proteção de Crianças Jovens.....	5
2. A “Colaboração” nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens.....	10
3. A Colaboração como Modelo de Intervenção	15
4. A Liderança Colaborativa numa Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	18
CAPÍTULO II – Metodologia da pesquisa, métodos e técnicas	23
1. Fundamentação da Metodologia.....	23
2. Técnica de Recolha e Análise de Dados.....	25
CAPÍTULO III - Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados.....	29
1. Caracterização Sociodemográfica e Profissional: Apresentação dos Resultados.....	29
2. Análise e discussão dos resultados	40
3. Modelo Colaborativo de Governação Integrada.....	43
Conclusões	45
Bibliografia	49
Fontes.....	54
Anexos	55

ÍNDICE TABELAS

Tabela 1 – Género e Escalão etário	30
Tabela 2 - Entidade/Instituição representada na CPCJ.....	31
Tabela 3 – Afirmações que refletem e /ou influenciam a prática face ao sujeito de intervenção.....	32
Tabela 4 – Princípios éticos na intervenção	33
Tabela 5 – Afirmações que limitam a ação colaborativa na sua ação/intervenção	33
Tabela 6 – Identificação da ação colaborativa na relação profissional entre colegas	34
Tabela 7 - Conceitos que refletem a relação de colaboração na equipa	36
Tabela 8 - Perceção do próprio sobre a relação colaborativa.....	36
Tabela 9 – Dimensões influenciam a colaboração interinstitucional	37
Tabela 10 – Perceção do profissional sobre as características da liderança assumida pelo Presidente.	39
Tabela 11 – Características da presidência numa lógica de liderança colaborativa nas CPCJ.....	39
Tabela 12– Importância das dimensões (intrainstitucional) que se refletem no contexto de trabalho ..	40

ÍNDICE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição geográfica.....	29
Gráfico 2 - Formação Académica	30
Gráfico 3 - Tempo de exercício numa Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	31
Gráfico 4 – Modalidade de integração na CPCJ	31
Gráfico 5 e 6 – Visão sobre ação colaborativa e Conceitos sobre ação colaborativa na intervenção ...	32
Gráfico 7 – Perceção dos profissionais sobre a missão das CPCJ.....	34
Gráfico 8 – Diferentes tipos de conhecimento podem influenciar a relação com o sujeito	35
Gráfico 9 – Perceção sobre a interdisciplinaridade e equipas multidisciplinares.....	35
Gráfico 10 – Existência de código de ética, conduta e guia de princípios orientadores d intervenção .	38
Gráfico 11 – Familiaridade com os documentos atrás mencionados (código de ética, código de conduta e guia de princípios orientadores da intervenção)	38
Gráfico 12 – A CPCJ à qual se encontra afeto possui um código de ética próprio por região (%).....	71
Gráfico 13 – A CPCJ à qual se encontra afeto possui um código de conduta por região (%)	72
Gráfico 14 - A CPCJ à qual se encontra afeto possui um guia de princípios orientadores da intervenção por região (%).....	72

ÍNDICE FIGURAS

Figura 1 - Abordagem interdisciplinar	13
Figura 2 - Pressupostos para a intervenção transdisciplinar.....	14
Figura 3 - Um modelo de governação colaborativa	16

INTRODUÇÃO

Atualmente as mudanças e as transformações que ocorrem na sociedade contemporânea determinam e incutem ao Serviço Social o recurso à investigação para interpretar a realidade social e a sua complexidade por forma a encontrar-se respostas eficazes e adequadas ao seu objeto de intervenção. Assim, tendo como tema para a presente dissertação de Mestrado em Serviço Social no ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa “*A abordagem colaborativa em contexto das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens*”, sob a orientação da Prof. Dr.^a Helena Belchior Rocha, pretende-se com esta dissertação perceber de que forma é configurado e consubstanciado o modelo colaborativo nas equipas perante a diversidade de saberes profissionais existentes, na qual o Serviço Social também se encontra presente.

Partindo de um dos pressupostos basilares ao Serviço Social, o da responsabilidade coletiva e social como princípio de atuação, e porque “(...) a necessidade de promoção de relações de reciprocidade entre indivíduos, elemento essencial no processo de construção da coesão social, apoiando a (re)construção de uma cultura de solidariedade (...)”, Carmo (1995:674), implica que a atuação do Serviço Social seja integrada nas suas dimensões territoriais, profissionais, ideológicas, emocionais, organizacionais e individuais de forma dinâmica e contínua, e que a abordagem colaborativa surja como estratégia de trabalho no âmbito da intervenção das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ).

O Serviço Social contemporâneo e segundo Hood (2018) envolve, quase sempre, alguma forma de trabalho interprofissional, salientando o facto de que os problemas são de natureza complexa, exigindo a intervenção de diferentes domínios e envolvendo diferentes profissionais, cada um deles detendo um certo grau de especialização, situação observada em contexto de Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.

Sob a orientação, os valores e a postura ética como atributos específicos ao Serviço Social, em particular a capacidade que os assistentes sociais têm de considerar o sujeito num contexto holístico e sistémico, permite que detenham uma perspetiva particular e inovadora nas equipas interprofissionais. Salienta-se, antes de mais, que ao referir o termo “colaborativo” este implica interorganizações e pessoas a trabalhar em conjunto com um objetivo comum e, neste caso, em prol do superior interesse da criança. Por vezes este processo não é facilitado, principalmente porque os/as indivíduos envolvidos provêm de diferentes organizações e “transportam” diversas perspetivas e pertenças socioculturais particulares.

Para que seja possível construir com sucesso uma rede colaborativa, importa ter consciência que é necessário desenvolver competências e atitudes, pois hoje trabalhar em rede implica, segundo Castells, (2003:9), “(...) a disjunção sistémica entre o local e o global para a maioria dos indivíduos e dos grupos sociais e, também, na separação em diferentes estruturas de tempo/espaço, entre poder e experiência”, parceria esta que implica, a consensualização de um querer comum, mobilizando os parceiros para os objetivos e para a ação de futuro partilhados, num determinado quadro ético de atuação. Promover uma

boa comunicação e uma abordagem de trabalho em parceria poderá contribuir para a eficácia da colaboração interdisciplinar que poderá ocorrer nas CPCJ, como forma de assegurar e garantir o superior interesse da criança.

De acordo com Hurley (2011), a formação académica tradicional, a experiência profissional e os mecanismos de recompensa e reconhecimento de base individual manifestam-se numa cultura organizacional e pessoal que dificulta e desencoraja a visão colaborativa, criando conflitos e ambiguidades, advindo das diferentes perceções e interpretações da realidade e do que se pretende como visão partilhada.

Refletir sobre o âmbito da abordagem colaborativa em contexto da CPCJ foi uma das premissas pessoais, sociais, profissionais e académicas que motivou o presente tema, salientando a premissa de que esta lógica colaborativa traz benefícios a longo prazo na intervenção social, traduzindo-se numa intervenção/atuação mais orientada para a adequação à resposta, numa lógica com o intuito de mudança social, uma vez que no trabalho de parceria, de cooperação/colaboração/participação ativa, é necessária a assunção das corresponsabilidades atribuídas e o reconhecimento do importante papel que todos desempenham no processo, independentemente da multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade da intervenção das equipas, aliado ao estabelecimento de laços sociais, que correspondem a paradigmas de intervenção social na sociedade contemporânea ao constituir-se como a matriz de análise dos modelos de intervenção.

Na presente dissertação, o problema de investigação é o de identificar os modelos utilizados e adotados pelas CPCJ, reportando-se à relação entre os profissionais com diferentes formações académicas nas CPCJ e a relação destas equipas, com as equipas com competência em matéria de infância e juventude e os tribunais, entendendo-se as CPCJ como assunção e representação da comunidade local no cumprimento da inevitável responsabilidade dessa comunidade para com as suas crianças, tendo como objeto de estudo as CPCJ a nível nacional. Assim, serão abordados os conceitos de multidisciplinaridade, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade, trabalho em equipa, parceria, intervenção em rede, governação integrada e lideranças colaborativas, numa perspetiva de evocar e reafirmar o superior interesse da criança em que todos/as têm uma participação ativa e uma responsabilidade acrescida em garantir os direitos das crianças.

De acordo com o problema de investigação e o objeto de estudo, a questão de partida para este estudo/investigação é a seguinte: Como se consubstancia a abordagem colaborativa em contexto de CPCJ?

Neste sentido, o objetivo geral é: compreender o modelo de abordagem colaborativa em contexto das CPCJ e os objetivos específicos: Descrever e analisar a estratégia de liderança adotada nas CPCJ; Compreender de que forma é operacionalizada a participação de cada membro no trabalho desenvolvido nas CPCJ; Percecionar a tomada de decisões na gestão do problema face à interprofissionalidade das

equipas das CPCJ; Conhecer as estratégias metodológicas utilizadas pelos profissionais na participação de cada membro na gestão do problema.

Optou-se nesta investigação por um estudo exploratório e uma metodologia quantitativa. A recolha de dados foi feita através de um questionário online e a estruturadas questões foi feita segundo uma escala de Likert, “este tipo de escala é usada comumente quando o investigador tem como objetivo obter respostas que possam ser comparadas umas com as outras, sobre a perceção dos inquiridos sobre determinada problemática (Alreck & Settle, 1995).

A recolha de dados decorreu de 01 a 30 de abril de 2021, junto de profissionais que exercem ou já exerceram a sua atividade profissional nas CPCJ. O questionário foi aplicado a todas as CPCJ do Continente e nas Regiões autónomas dos Açores e da Madeira, identificadas por NUTS, tendo ainda sido igualmente divulgado na rede social Facebook da própria, por forma a abranger também os ex-comissários/as.

Esta dissertação incorpora quatro capítulos principais: apresenta-se no primeiro as questões teóricas ao nível do enquadramento conceptual no que concerne ao Sistema de Promoção e Proteção e a importância do Saber académico e do/a profissional nas CPCJ e a sua relação com os modelos de intervenção no processo colaborativo. O segundo capítulo diz respeito à abordagem metodológica do presente estudo/investigação. No terceiro capítulo, já focalizado na metodologia de investigação, são fundamentadas as opções metodológicas, campo empírico, metodologia utilizada, universo e amostra e as técnicas de recolha de dados. Apresentam-se no quarto capítulo, os resultados obtidos, a sua análise e discussão, utilizando o SPSS (Statistical Package for the Social Sciences), por forma a garantir a cientificidade dos dados recolhidos, sendo que a análise dos resultados fundamentou-se na ocorrência e descrição dos fenómenos relacionados com a interprofissionalidade e as práticas colaborativas, especialmente em função das experiências nas CPCJ, e dinâmicas colaborativas no processo de tomada de decisão e das suas lideranças no âmbito do sistema de promoção e proteção em especial em contexto de CPCJ a nível nacional. a nível nacional.

Por último, são expostas as conclusões finais assim como sugestões/recomendações e novas perspetivas de estudo que se considerem pertinentes para futuras investigações.

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO “O OLHAR SOBRE A CRIANÇA” – SISTEMA DE PROMOÇÃO E PROTEÇÃO

1. MODELO DE PROTEÇÃO - AS COMISSÕES DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS JOVENS

Quando pensamos no futuro, pensamos em crianças e jovens, embora ao longo do tempo a percepção sobre as mesmas não fosse a que existe atualmente. Analisando os marcos históricos no referente à consciencialização da criança enquanto ser de direitos, as mudanças, até aos dias de hoje, foram várias. A primeira Lei de Proteção à Infância em Portugal de 27 de maio de 1911, constitui-se como uma fronteira na transição entre a governação monárquica e o início da governação republicana, no que concerne à preocupação no combate/atenuação das condições de pobreza e exclusão social, e fundamentada em princípios de natureza social, como defesa dos interesses e proteção da população mais desfavorecida, mais concretamente as crianças e jovens, numa perspetiva de relevância da infância na sociedade portuguesa à época. Insere-se num determinado contexto e conjuntura espaço temporal e como forma de responder aos problemas que se suscitavam nos domínios infantojuvenil através de meio jurídicos e com o contributo das diferentes áreas do conhecimento.

Com a publicação desta Lei, perante os problemas sociais existentes, permitiu-se uma vasta e ampla reforma do sistema direcionado para as crianças e jovens fazendo a distinção quer em sede tutelar e de educação quer no âmbito penal, com aplicação de medidas preventivas e profiláticas para garantir a defesa dos direitos das crianças, promovendo-se uma separação qualitativa na distinção entre a criança e o adulto, começando a considerar que os menores de idade inferior a dezasseis anos deveriam ser tratados de forma diferente, sujeitando-os a uma jurisdição e competência especializada.

De acordo com a análise à literatura consultada, pode-se referir que esta lei é precursora e inovadora na Europa no que concerne às disposições legais e penais relativas às crianças e jovens menores de dezasseis anos, como já referenciado, no que diz respeito à implementação de novas ideias da criminologia, ao promover o início de uma organização de um sistema judicial de proteção às crianças e jovens, que à época era pautada/atuada por uma justiça assistencialista e paternalista do Estado, situação que com o evoluir dos tempos e com as diferentes alterações legislativas que se verificam até ao presente, conceberam o atual sistema de promoção e proteção de crianças e jovens em risco e/ou perigo, no que concerne ao direito de participação da criança nas questões que lhe dizem respeito independentemente de terem atingido ou não a maioridade civil. Esta lei assegurou melhorias no estatuto da criança e do jovem, pela sua visibilidade como atores sociais sendo precursor de um estatuto de sujeito de direitos, onde a infância é vista como parte da estrutura social e as crianças como atores sociais e com a participação das diferentes áreas do saber académico importantes na avaliação e acompanhamento das situações sociais das crianças e jovens.

As crianças e jovens foram adquirindo ao longo do século passado um estatuto de sujeito de direitos, pelo menos no campo dos princípios e dos discursos, que se consubstanciaram numa nova visão jurídica e teórica iniciada pela 1.^a Lei de Proteção à Infância de 1911, e que mais tarde vieram a influenciar novos modos de pensar e intervir com esta categoria social, encetada sob a orientação do Padre António Oliveira, cuja intervenção junto das crianças e jovens já previa a articulação com as diferentes áreas do saber e do conhecimento científico emanado pela corrente filosófica do positivismo.

O contexto nacional à época vem de forma muito explícita no preâmbulo do referido diploma legislativo, que aposta e citando Condesso e Condesso (2014:61) “numa visão diferente de aproximação entre diferentes abordagens, profilática nas áreas da medicina mental, do direito penal e da pedagogia, dentro de um espírito mais progressista dos portugueses de 1911”, ao explicar a dimensão nacional de pobreza infantil na problemática das situações de risco e perigo.

O paradigma que orientou mentalmente o discurso, jurídico, sociológico, médico, psiquiátrico, assistencial, pedagógico, antropológico, criminalista, histórico dos reformadores sociais ao projetarem as suas visões da problemática da proteção, da prevenção e tratamento da infância, marginalizada, abandonada e delinvente (Martins, 2018:257).

A proteção e a reeducação das crianças transformaram-se em causas públicas, e a ação preventiva face à marginalidade constituíram-se como linhas orientadoras do poder político do Estado à data, salientando para a pertinência com a implementação de alterações normativas ao direito civil e criminal e com uma intervenção dos diferentes saberes académicos. Esta Lei apresenta-se como um regime de inovação na intervenção judiciária enquanto sistema preventivo, classificando e categorizando os menores detidos em delinquentes, desamparados, indisciplinados e “em perigo moral” e uma visão sobre a importância das outras áreas do saber académico face ao superior interesse da criança.

Com esta Lei encontra-se implícita a afirmação do poder político republicano e segundo afirma Ferreira (2010:53) (...) “a mudança do paradigma jurídico-judicial sobre a população menor, enunciada por este diploma é corroborada pelo movimento coevo de afirmação do Estado Social, caro ao património doutrinal republicano.” O impacto desta lei e da intervenção do Estado, a implementação de políticas sociais que visam a proteção das crianças foi-se alterando, no tempo e no espaço, dando origem a diversos diplomas legislativos ao longo do tempo e que chegam até nós, nomeadamente o Código da Criança publicado em 1925, a Organização Tutelar dos Menores (OTM), publicada em 1962 e atualmente, o Sistema de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Risco e/ou Perigo, preconizado na Lei 147/99 de 1 de Setembro, com as devidas alterações introduzidas pela Lei n.º 31/2003 de 22 de agosto e pela Lei n.º 142/2015 de 8 de Setembro e pela Lei n. 23/2017 de 23 de Maio.

As CPCJ, foram referenciadas na 1.º Lei de Proteção da Infância e segundo art.º 12º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens também designada por LPCJP, (Lei n.º 147/99 de 1 de setembro), “são instituições oficiais não judiciárias com autonomia funcional que visam promover os direitos das crianças e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde,

formação, educação ou desenvolvimento integral”, com uma composição de cariz pluridisciplinar e pluri-institucional, às quais cabe deliberar com interdependência e imparcialidade, atuando com um melhor conhecimento e uma maior apreciação crítica e compreensão das questões sociais e jurídicas, nas decisões que se deliberam.

A intervenção das CPCJ ocorre quando é de todo impossível para as entidades com competência de matéria em juventude atuar de forma adequada e suficiente a remover o perigo em que as crianças/jovens se encontram, conforme o exposto no art.º 8.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei 147/99 de 1 e setembro com as devidas alterações introduzidas pela Lei n.º 31/2003 de 22 de agosto e pela Lei n.º 142/2015 de 8 de setembro e pela Lei n.º 23/2017 de 23 de maio). A definição de criança (menor de 18 anos) em situação de perigo encontra-se no art.º 3.º, ponto 2, da LPCJP. Este conceito de situação de perigo não é de todo fácil uma vez que as crianças podem, a qualquer momento das suas vivências, estar expostas a situações que comprometam de algum modo o seu futuro e, por isso, serem consideradas grupo de perigo.

A defesa do superior interesse da criança, constitui-se assim como o princípio orientador da intervenção na LPCJP, art.º 4, alínea a) Lei 142/2015 de 8 de setembro e a ele se juntam os seguintes princípios: o direito à privacidade da criança/jovem; intervenção precoce e intervenção mínima; a proporcionalidade e atualidade; o reforço da responsabilidade parental e prevalência da família; a obrigatoriedade de informação; a audição obrigatória e participação, primado da continuidade das relações psicológicas profundas e, finalmente, a subsidiariedade. Este último princípio poderá definir-se a partir de uma intervenção territorializada, propiciadora da participação das populações, dos vários agentes, dos serviços e entidades locais que, enquanto responsabilidade coletiva, deverá ser assumida a diferentes níveis, local, concelhio, regional e nacional, sempre em prol do superior interesse da criança e numa relação colaborativa, em que a família e a criança também fazem parte deste processo, através do seu consentimento informado.

De acordo com a LPCJP nº 147/99, nos artigos 17.º, 18.º, 20.º e 21.º, as CPCJ funcionam mediante dois tipos de modalidades, designadamente em modalidade alargada e restrita com competências distintas entre si. Ressalta-se que no art.º 18 da LPCJP, referente às competências da comissão alargada, se reforça a exigência de uma abordagem integrada e colaborativa, para lá das fronteiras das CPCJ, expressa pela indicação de “colaborar com entidades competentes na constituição, funcionamento e formulação de projetos e iniciativas de desenvolvimento social local na área da infância e juventude.”

No âmbito das competências da comissão restrita compete a esta intervir nas situações em que uma criança está em risco ou perigo, podendo ser aplicadas as medidas de promoção e proteção de acordo com o art.º 35º da LPCJP: “o apoio junto dos pais, o apoio junto de outro familiar, a confiança a pessoa idónea, apoio para autonomia e vida, acolhimento familiar e acolhimento em instituição”. Estas são executadas em meio natural de vida ou em regime de colocação, consoante a sua natureza e a sua aplicação, têm como finalidade conforme o exposto no art.º 34.º:

a) afastar o perigo em que as crianças/jovens se encontram; b) proporcionar-lhes as condições que permitam proteger e promover a sua segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral; c) garantir a recuperação física e psicológica das crianças e jovens vítimas de qualquer forma de exploração ou abuso.

As medidas de colocação, nomeadamente, o apoio junto de outro familiar, a confiança a pessoa idónea, o acolhimento familiar e institucional, carecem de comunicação obrigatória aos serviços do Ministério Público.

As CPCJ são competentes na área do município onde têm sede, porém nos municípios com maior número de habitantes pode existir, se tal se justificar, mais do que uma Comissão de Proteção com competências numa ou mais freguesias. Estas são acompanhadas, apoiadas e avaliadas pela Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPDJ), cabendo a esta planear a intervenção do Estado e a coordenação, acompanhamento e avaliação da ação dos organismos públicos e da comunidade na proteção de crianças e jovens em perigo. Importa realçar que ao atuar em sede de cada município, fortalece e reforça a importância sobre o princípio de que a comunidade local deve ser incluída na procura de soluções para os problemas das crianças e jovens em risco, coresponsabilizando-a.

O atual modelo de proteção de crianças e jovens em perigo vigora desde janeiro de 2001, com a publicação da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, invocando a participação ativa da comunidade, assentando numa relação de parceria com o Estado, concretizada então nas CPCJ como forma de promover e de proteger as suas crianças, como sujeito de direitos. Por sua vez, a intervenção do Ministério Público focaliza-se nas suas funções estatutárias de controlo da legalidade e de fiscalizador e, em simultâneo, de defensor dos interesses das crianças e jovens em perigo. Para tal, acompanha as atividades das CPCJ, avaliando as suas deliberações e, se assim o entender indispensável, a sua apreciação judicial.

É de referir que com a constituição das CPCJ prossegue-se a linha de abordagem integrada visível quer no princípio da subsidiariedade, onde a intervenção deve ser efetuada sucessivamente pelas entidades com competência em matéria de infância e juventude, pelas comissões de proteção de crianças e jovens e pelos tribunais (alínea K, art.º 4.º).

Segundo Ferreira (2011a:156),

(...) O sistema de proteção à criança e jovem estrutura-se de forma primordial de forma ascendente, colocando na base a família e a comunidade, seguido dos serviços e 1.ª linha constituídos pelas respostas do Estado ao cidadão (saúde, educação, ação social, segurança, justiça, etc... incluindo os serviços prestado pelas Instituições Particulares de solidariedade Social (IPSS) e pelas Organizações Não Governamentais (ONG). Depois de esgotada a intervenção por estes serviços, transita para as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens e quando estas se reconhecem incompetentes ou incapazes de intervir e resolver o problema a intervenção passa para o Ministério Público e Tribunais.

Com a Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro, segunda alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, destacam-se as algumas alterações, com relevância para a presente investigação/estudo, nomeadamente o exposto no art.º 7.º n.º 1 (intervenção de entidades com competência em matérias de infância e juventude), o papel destas entidades, no âmbito de “ações de prevenção primária, secundária, nomeadamente mediante a definição de planos de ação local para a infância e juventude, visando a promoção e concretização dos direitos das crianças e jovem”. Acrescenta ainda que estas entidades devem promover e integrar parcerias e a elas recorrer, sempre que necessário (n.º 2). Reforça-se, desta forma, a intenção de uma dinâmica de colaboração interorganizacional. No art.º 13, n.º 1 torna-se efetivo o dever de colaboração de “serviços públicos as autoridades administrativas e as entidades policiais”.

As CPCJ constituem-se como polos dinamizadores da intervenção comunitária e de participação coletiva, situando-se no centro da racionalidade do sistema de proteção. Dado o conhecimento privilegiado da realidade, as CPCJ constituem-se como elemento integrador das respostas existentes em cada concelho, identificando as respostas disponíveis, bem como as necessidades locais para a sua adequada sinalização às entidades competentes, que atendendo à complexidade das adversidades associadas à intervenção com crianças, jovens e famílias devem ser consideradas todas as áreas de serviços necessários, como demonstra a constituição das CPCJ, nas suas diferentes áreas e serviços necessários desde a saúde, justiça, educação, segurança social, município entre outras.

Todo este sistema de promoção e proteção da criança, no qual se inclui o modelo de intervenção das CPCJ, tem como referência os princípios enunciados na Convenção sobre os Direitos da Criança, sendo orientado para uma visão centrada no superior interesse da criança e do jovem, como sujeito de direitos, na valorização das suas redes pessoais de pertença e de interação social (família, escola, comunidade, sociedade) e no princípio da igualdade de oportunidades e em que se recomenda através do art.º 3 da referida Convenção que, (...) “todas as medidas referentes às crianças, que sejam tomadas pelas instituições públicas ou privadas de proteção social, os tribunais, as autoridades administrativas ou organismos legislativos, atender-se-á primordialmente ao superior da criança”.

Podemos assim asseverar que em conformidade com os diferentes instrumentos/diplomas jurídicos internacionais e nacionais, particularmente a Convenção dos Direitos da Criança e a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) (Lei n.º 147/99 de 1 de setembro com as devidas alterações), a nível internacional e nacional, respetivamente, desenvolvem uma nova política e cultura jurídica dirigida para o predomínio e primado do superior interesse da criança, como detentora dos seus direitos humanos, direitos que não advêm nem dependem dos pais/progenitores ou de quaisquer outros adultos. Poderá mesmo dizer-se, que existe uma reafirmação de que a criança é uma pessoa humana, que os direitos humanos são também direitos das crianças e que a criança é um ser autónomo e complexo, mas o mais importante é que a criança deixa de ser um mero objeto de direitos, para ser um deles.

Neste modelo de intervenção preconizado pelas CPCJ, refira-se a importância do papel da família e da comunidade na construção da identidade e no desenvolvimento global nas vertentes cognitivas, emocionais e sociais das crianças e dos jovens, o que determina o carácter preventivo da intervenção e a orientação para o trabalho com a família – que a LPCJP assume como componentes fundamentais da intervenção, garantido assim, o superior interesse da criança já iniciado em 1911 com a publicação da 1ª Lei de Protecção à Infância.

Sublinhamos ainda o facto da CPCJ se constituir como uma entidade consensual, na medida em que a sua intervenção, no que toca à intervenção nas situações de perigo, apenas tem lugar quando é prestado o consentimento/não oposição que pressupõe o interesse em colaborar diretamente (através de ações e assumindo compromissos), mas também em permitir que outras instituições (públicas ou privadas) colaborem para a resolução atempada do problema da criança ou do jovem.

2. A “COLABORAÇÃO” NAS COMISSÕES DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS

Para se aplicar o conceito do superior interesse da criança a intervenção requer uma abordagem assente em direitos, envolvendo ativamente todos os intervenientes em co – parceria e uma ativa atuação interdisciplinar e interinstitucional, especializados de modo a garantir a dignidade humana e a garantia efetiva dos direitos humanos, o desenvolvimento global da criança nos níveis da sua integridade psicológica, física, moral e espiritual por forma a minimizar o impacto social e psicológico negativo decorrente das consequências traumáticas vivenciadas pelas crianças/jovens nos diferentes contextos a que estão sujeitas.

O trabalho colaborativo surge então como estratégia importante no âmbito da intervenção social em especial no contexto das CPCJ e, mais do que nunca, importa proceder a uma abordagem contextual das diferentes características necessárias para se considerar uma determinada área do saber como uma profissão e, posteriormente enquadrar o trabalho colaborativo numa linha contínua de estratégias de trabalho no contexto das CPCJ, perante o olhar dos diferentes saberes disciplinares.

Antes de mais é importante definir o conceito de profissão e citando Almeida (2017:3):

(...) o termo profissão remete para uma atividade praticada periodicamente marcada por modelos de organização e de controlo do trabalho, baseado em conhecimentos teóricos e empíricos adquiridos através de uma formação e que, de forma coletiva, desenvolve um corpo de valores.

Este conjunto de valores e princípios, que consideram ser pertinentes e adequados à realidade social, que visam regular a prática profissional dos seus membros, (Rodrigues, 2012) abrangendo uma panóplia de conhecimentos teóricos e habilidades práticas, sobretudo no que concerne à projecção e do que é expectável na conduta do comportamento dos/as indivíduos (Banks, 2004; Robertis, 2011).

Poderá afirmar-se que segundo Almeida (2017:3-4)

(...) Cada profissão é um sistema, com certa autonomia que contempla uma cultura personalizada pautada por um conjunto de regras reconhecidas e aceites pelos membros que a constituem. Todavia, o reconhecimento profissional não passa somente pelos próprios elementos (individual, corporativo), como também por uma dimensão pública no sentido de construção social (...).

Contudo, no caso concreto do Serviço Social a polivalência e versatilidade que caracteriza esta profissão enquanto corpo profissional específico inserida num determinado contexto (social, económico e político) adapta-se aos objetivos, métodos e técnicas do seu novo campo de atuação/intervenção quer por parte dos indivíduos quer da sociedade quer ainda perante o seu posicionamento na profissão.

Situação que vai ao encontro do afirmado por Ferreira (2010:230) quando refere que:

A construção do objeto do Serviço Social faz-se no contexto institucional, numa correlação de forças entre o exercício profissional as percepções do real, a representação social e a manifestação de interesses quer das organizações quer dos/as cidadãos/as (...) confrontando-se num processo complexo que se cruza com uma teia de relações de natureza política, científica e profissional que abrange a área de atuação profissional.

Amaro (2009) e Escobar (2004), consideram que o processo de construção identitário da profissão é, também, uma forma de comparação e de distanciamento de uma atividade face a outra, nomeadamente através da delimitação de fronteiras de uma atividade face a outra, de carácter dinâmico conduzindo por vezes a incompatibilidades e a algum conflito ao nível de tensão e de conflitualidade na tomada de decisões entre as diversas profissões, situação que poderá impactar na intervenção social nas CPCJ, dada a multidisciplinaridade da constituição das suas equipas.

A complexidade dos problemas sociais e em especial a dimensão da gestão do problema “crianças e jovens em risco e em perigo”, remete assim, para uma maior exigência e uma análise mais profunda mas fundamental para se compreender os desafios e as dificuldades que enfrenta diariamente uma CPCJ, conduzindo necessariamente ao cruzamento de vários saberes e partilha disciplinares das diferentes áreas do conhecimento face ao campo de atuação e foco de atenção aquando da tomada de decisões para garantir o superior interesse da criança, não obstante, a necessidade de se compreender que estes limites são dinâmicos e podem por vezes conduzir a situações de pressão e tensão, não necessariamente conflituais, entre as diversas profissões.

Para Marques (2017), as crianças e jovens em risco e em perigo são um problema complexo, na medida em que o problema apresenta diversas causas, que se podem interligar e cada consequência gerada pode transformar-se numa nova causa, pois perante a possibilidade de medidas apresentadas como soluções, ainda que imperfeitas, podem gerar novos problemas e consequentes dilemas difíceis de gerir, pelo que o em trabalho em equipa e no caso concreto das CPCJ poderá ser definido como um trabalho de pessoas que desenvolvem um trabalho contínuo em torno de objetivos comuns tendo em vista a concretização, eficácia, eficiência e o sucesso dos mesmos, é-se confrontado com a definição, articulação e comparação com três termos: multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e

transdisciplinaridade (Almeida, 2017; Ely, 2003; Mangini e Mioto, 2009; Pombo 2005, 2014; Robertis, 2011; Vasconcelos, 2010).

Torna-se importante clarificar que estes três conceitos se estabelecem em contexto de trabalho podem assumir diferentes designações no que concerne à cooperação e à coordenação entre as diversas disciplinas ou áreas de formação, pelo que Wilson (2008:695) afirma que: (...) “o conceito de multidisciplinaridade implica a reunião de representantes de diferentes disciplinas e deve promover o trabalho interprofissional embora não seja garantia de que tal aconteça”, ao identificarem que a principal característica das relações em que ocorre neste tipo de abordagem é a de justaposição de ideias, não se tratando da interação metodológica ou de conteúdo, ocupando-se apenas de áreas compartilhadas por vários saberes em que os profissionais atuam de forma próxima mas não em conjunto, tratando-se de intervenções em temas comuns sob a seu olhar e ótica, articulando procedimentos, condutas e métodos de intervenção (Bicalho e Oliveira, 2011), pelo que as lideranças nas equipas têm um papel preponderante neste cruzamento metodológico interativo ao colocar em simultâneo as várias disciplinas, precisando de uma organização institucional que promova e estimule a intervenção.

Domingues (2005) elenca algumas características referentes à multidisciplinaridade, nomeadamente a aproximação de diferentes disciplinas para a solução de problemas específicos; a diversidade de metodologias: cada disciplina fica com a sua metodologia; os campos disciplinares, embora cooperem, guardam as suas fronteiras e ficam imunes ao contato, situação anteriormente já referenciada.

De acordo com Rocha (2016:322):

A abordagem interdisciplinar é o espaço de diálogo por excelência, mas a prática multidisciplinar exige muito mais que a presença de profissionais de diferentes formações numa mesma equipa ou projeto, exige, sobretudo, o abandono de posturas profissionais sectárias e centralizadoras. Para efetivar a chamada interdisciplinaridade é fundamental entender que nenhuma profissão se encontra isolada de outras, além disso, ter a plena consciência de que para interagir é necessário que cada um saiba definir-se e ser competente no seu campo sem se sobrepor a outrem. Este, é de facto, um elemento fundamental para que haja troca entre os saberes que é o que define uma equipe multidisciplinar, favorecendo o alargamento e a flexibilização no âmbito do conhecimento.

A multidisciplinaridade também é expressa e especificada na prática profissional quando o/a assistente social, nas suas ações individualizadas, utiliza profissionais de outras disciplinas (Follari, 2011).

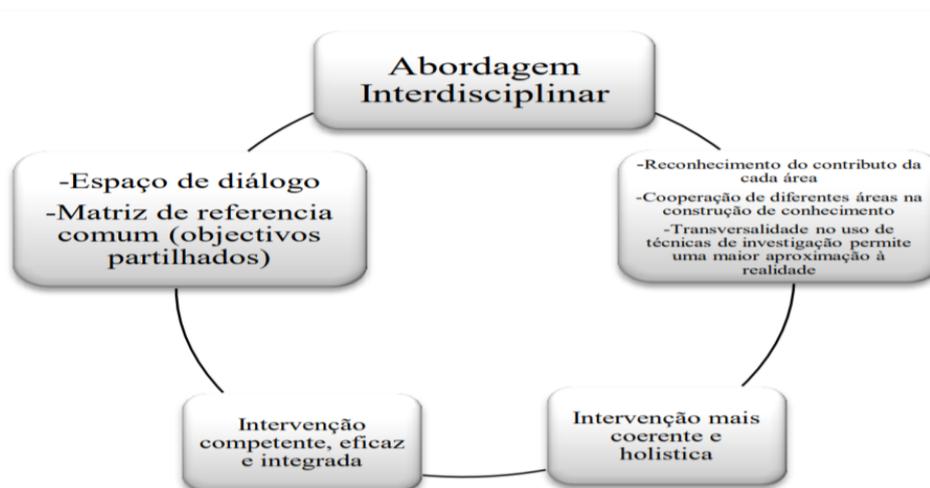
Citando Bicalho e Oliveira (2011:26):

(...) o prefixo “inter” evoca também um espaço comum, um fator de coesão entre saberes diferentes (...). Cada qual aceita esforçar-se fora do seu domínio próprio e da sua própria linguagem técnica para aventurar-se num domínio de que não é proprietário exclusivo. A interdisciplinaridade supõe abertura de pensamento, curiosidade que se busca além de si mesmo.

Pressupõe assim, uma maior colaboração e participação de todos com base no diálogo e na partilha de ideias, permitindo a interação e a inclusão das diversas áreas do saber disciplinar em proveito do desenvolvimento cognitivo e da tentativa de resolução dos problemas. Assim, a interdisciplinaridade não pretende anular a contribuição de cada área em particular, mas deve ser entendida como o encontro de diferentes disciplinas, diferentes realidades com o objetivo de produzir mudança na metodologia de intervenção. A interdisciplinaridade implica uma metalinguagem que no seu princípio respeita a heterogeneidade dos saberes (Ferreira, 2011), como uma interação entre duas ou mais disciplinas profissionais com formação em diferentes domínios do conhecimento quer ao nível de diferentes conceções teóricas quer metodológicas, mas importantes nas tomadas de decisão no garantir o superior interesse da criança.

A efetivação da interdisciplinaridade resulta de vários fatores, nomeadamente a constituição de equipas interdisciplinares nas organizações, a capacitação para o trabalho profissional, o diálogo nas equipas de trabalho, sistematização e registo de trabalhos empreendidos pela equipa, realçando-se a necessidade de equipas heterogéneas quanto à sua formação, implicando necessariamente um trabalho coordenado de equipa, (Orrico, 2006), situação que se verifica na constituição das equipas das CPCJ.

Figura 1 - Abordagem interdisciplinar



Fonte: Rocha (2016:323)

Já a transdisciplinaridade consiste em estabelecer um conjunto de princípios teóricos e/ou metodológicos comuns a várias disciplinas. Constitui-se quando especialistas em diferentes disciplinas, com referenciais teóricos e conceitos específicos, são capazes de elaborar, de forma integrativa (não por mera justaposição) em relação ao estudo de um problema comum, um enquadramento concetual e teórico compartilhado que transcende o conjunto dos seus referenciais disciplinares, Pérez, 2019. A intervenção dos/as profissionais nesta lógica da transdisciplinaridade é focada nas preocupações, prioridade e recursos, sendo a resposta às necessidades equacionadas de forma integrada, contextualizada e numa perspetiva funcional.

Segundo Pombo (2004), a transdisciplinaridade surge como uma nova forma de promover a integração em conhecimento, atingindo níveis mais profundos de interação. Neste nível ultrapassam-se barreiras disciplinares, permitindo a sua transcendência, fazendo emergir da confrontação de saberes novos dados que articulam entre si e que nos dão uma nova visão da natureza da realidade (artigo 7.º da Carta da Transdisciplinaridade).

Figura 2 - Pressupostos para a intervenção transdisciplinar



Fonte: Rocha (2016:323)

Perante estas inferências e o reconhecimento que “as palavras multi, pluri, inter e transdisciplinaridade, está em uma mesma raiz – a palavra disciplina.” Pombo (2014:63), em que se reconhece a pertinência de se desenvolver uma articulação entre vários profissionais numa ótica de rentabilização dos recursos e implementar respostas adequadas à dinâmica, multidimensionalidade das realidades e problemas quer seja numa lógica multi, (equipas) inter (lógica do AS) ou transdisciplinar, indispensável na conceção de uma equipa de trabalho, cuja lógica de atuação que se considere pertinente adotar face a determinada situação ou problema e no caso concreto à situação problema das “crianças e jovens em risco e em perigo” e inerentes ao trabalho desenvolvido pelos elementos que compõe a comissão restrita.

Podemos referir que os motivos mais pertinentes e relevantes para a necessidade de colaborarmos é precisamente a natureza complexa dos problemas sociais com que nos deparamos no quotidiano profissional, com especial enfoque no trabalho desenvolvido nas CPCJ. O problema das crianças e jovens em risco e em perigo não pode ser resolvido por uma só entidade ou organismo e por um só saber disciplinar mas antes de uma forma sistémica, ou seja, por todos os sistemas e subsistemas (Senge, 1990) que se relacionam com a criança e de uma forma de colaboração interprofissional, uma vez que para o problema social complexo, e dependendo de casos concretos, concorrem uma multiplicidade de fatores já, por si só, sintomas de problemas, num enredado de correlações que importará compreender, numa visão sistémica e holística.

Para um alcance efetivo de uma prática profissional em contexto de CPCJ, (CIHC, 2010) apresentam-se seis domínios e competências, sendo eles a comunicação interprofissional, clarificação de papéis, dinâmica de funcionamento de equipa, resolução de conflitos interprofissionais e liderança colaborativa, considerada esta última com um dos princípios que apoiam um modelo de prática

interprofissional, em que todos participam conjuntamente (família, comunidade, técnicos e criança/jovem), tendo por base o consentimento, aspeto fulcral na colaboração entre todos.

A Proteção e defesa dos direitos das crianças em risco e em perigo nas sociedades atuais é um dever do Estado democrático, que representa cidadãos, e uma sequência lógica da definição da crianças enquanto sujeito de direitos e as CPCJ constituíram-se exatamente para intervir no lugar do Estado e da Comunidade (...) quando as famílias têm dificuldade em cumprir o seu papel e, segundo a lei para defender o interesse superior da crianças” (Torres, 2008:7), permanecendo a sua intervenção na proteção das crianças, uma aposta no papel da família, no papel da sociedade e das comunidades locais onde crianças em risco e em perigo estão inseridas, também consagrada no art.º 13 da LPCJP.

É determinante que, os profissionais ao serem confrontados com a inserção em equipas de trabalho e neste caso em contexto de CPCJ, desenvolvam um espaço comum de articulação, de interação, colaboração e de partilha, onde devem imperar alguns princípios e valores, nomeadamente a compreensão, a missão, a reflexividade, o interesse em conhecer o que o outro faz e avalia, bem como a abertura e a capacidade de reconhecer os limites por forma a não penetrar no espaço das diferentes áreas e saberes académicos, uma vez que os profissionais possuem metodologias e formas diferentes de observar e compreender a realidade na qual estão envolvidos quer enquanto profissionais quer devido às suas experiências vivenciadas que, inevitavelmente, são remetidas para as dimensões de educação, formação e de socialização, emocional aos níveis da maturidade pessoal e profissional.

As características supra referenciadas são realçadas aquando de uma prática profissional interdisciplinar pautada por uma abordagem de uma ou mais disciplinas que, perante uma situação problema comum, (Nogueira, 1998; Vasconcelos, 2009) utilizam os seus conhecimentos, colocando-os em confrontação e articulação, mas sendo possível o cruzamento dos mesmos.

3. A COLABORAÇÃO COMO MODELO DE INTERVENÇÃO

É na focagem consensual do problema suscetível de levar ao reconhecimento de zonas de interseção entre a dimensão individual, familiar, e sociocultural que impele as entidades em matéria de infância e juventude a constituir-se como parceira para a resolução dos problemas complexos (Marques, 2017), que no nosso caso são as crianças e jovens em risco ou perigo.

A aceitação desta interdependência constitui, Ansell e Gash (2008), para uma verdadeira colaboração na procura de caminhos para uma intervenção eficiente e eficaz sobre os problemas. No contexto institucional e no caso concreto das CPCJ, Marques (2017) apresenta um conjunto de reflexões e conhecimentos sobre a intervenção social no contexto das redes colaborativas, a que chamou de “modelo de governação integrada”, uma vez que as CPCJ têm a preocupação de integrar técnicos especializados que possam ajudar a resolver mais agilmente e de forma articulada os problemas

específicos e também de todas instituições e serviços da comunidade com competência na área da infância e da juventude.

Figura 3 - Um modelo de governação colaborativa



Fonte: Marques (2017:152) adaptado de Ansell e Gash (2008:550)

A governação integrada é definida, para Bogdanor e Hood (2008), como uma estratégia política que procura coordenar o desenvolvimento e a implementação de políticas transversalmente a departamentos e serviços, especialmente para abordar problemas sociais complexos como exclusão e pobreza, de uma forma integrada. Trata-se de uma estratégia que procura conjugar não só os departamentos governamentais, mas também um conjunto de instituições privadas, quer de voluntariado quer de solidariedade social, que trabalhando transversalmente tem em vista um objetivo comum, sendo a interação de diferentes profissionais necessária no entendimento e cruzamento de ideias e olhares na tentativa de soluções.

Assim, a governação integrada deverá então ser perspetivada como processo de construção e de desenvolvimento de conexões interorganizacionais de processos colaborativos com o intuito de gerir problemas sociais complexos, de forma eficaz e eficiente, uma vez que as CPCJ são vistas como um sistema interativo, ativo e dinâmico e dependente de relações de confiança, reportando-se a fatores inerentes uma participação ativa, liderança, comunicação e avaliação. As CPCJ são, pois, um contexto marcado pela centralidade da relação e da colaboração entre organizações, exigindo a cada momento uma reanálise atenta, um diálogo estável e permanente e uma multiplicidade de ações concertadas e planeadas e que visam uma abordagem e gestão de problemas complexos, ditando a participação de todos na tomada de decisões e definição de estratégias para a resolução dos problemas.

Importa antes de mais clarificar o conceito da palavra “colaborar”: ela tem origem em duas palavras em latim, “com” e “laborare” que significa “trabalhar juntos”. Uma outra definição possível é a apresentada por Gray (1989) e corroborada por Marques (2017) que refere que é o processo pelo qual as partes interessadas, que até podem ver os problemas de perspetivas diferentes, partem das suas

diferenças e procuram soluções construtivas e mutuamente benéficas, que de outra forma não poderiam ser encontradas.

Perante o contexto da multiplicidade de formatos organizacionais existentes e de resposta às situações problema, segundo Esgaio (2010), parece mais vantajosa para a eficiência dos processos de intervenção social, implicando a criação de redes de cooperação e a aprendizagem do trabalho em parceria. Ainda segundo esta autora, importa delimitar o conceito de parceria, as suas exigências e principais desafios estratégicos colocados no seu planeamento, gestão e avaliação. Este surge conforme nos diz Carmo, (2007:222) como um “conjunto de parceiros: o termo conjunto identifica a natureza coletiva do conceito e o termo parceiro aquele que participa em ... ou que partilha de (...)”.

Também de acordo com (Carmo, 2008:50),

A parceria sugere um trabalho de um conjunto de grupos, equipas e organizações, dotado de heterogeneidade e identidade, que se constitui como um grupo nas suas duas dimensões: de desenvolvimento na medida em que os seus elementos têm de se desenvolver como parceiros e de ação social visto que possuem um objetivo exterior comum.

Identificando-se assim algumas características da estratégia de trabalho colaborativo, Esgaio (2010), nomeadamente o de agrupar uma diversidade de visões e recursos, partilhando em simultâneo as sinergias desses recursos, sendo ao mesmo tempo parte integrante da gestão e das práticas quotidianas dos profissionais e subsistindo a interdependência entre organizações que a ela pertencem.

Poderá apontar-se como principais vantagens face às características elencadas por Carmo (2007: 222-223):

A flexibilidade (confere maior rapidez de resposta e maior adaptação e abrangência das respostas relativamente às necessidades do sistema-cliente); o aproveitamento de recursos (permite maior qualidade de resposta e eficiência, minimizando a duplicação de esforços e serviços); a capacitação organizacional e dos agentes (leva ao desenvolvimento de competências individuais e organizacionais - empowerment individual e organizacional e a uma maior capacidade de ultrapassar problemas); o potencial de inovação e criatividade (capacidade acrescida de encontrar respostas alternativas para novos problemas); e o envolvimento cívico que proporciona.

Definir uma estratégia de parceria é um dos fatores fundamentais e implica a definição clara, evidente e pública de todos os elementos, da missão (razão de existência da parceria), visão (imagens de futuro da parceria) e valores (princípios éticos em que se baseia a ação da parceria). Desta forma, surgem como principais exigências a este trabalho, a nível pessoal, uma pressuposição ética (esforço de humildade e de controlo do narcisismo pessoal e institucional em função do bem comum) e maturidade emocional das pessoas envolvidas. Em termos coletivos, as principais exigências são: um estilo de orientação democrática, que demora tempo a aprender e as regras de coesão da rede, que podem colidir com os interesses particulares das instituições parceiras, o que leva a que as organizações parceiras tenham de legitimar a parceria, tornando-se por vezes que esta situação em contexto de CPCJ, funcione

uma vez que muitos dos seus membros desconhecem esta estratégia de participação do trabalho colaborativo.

Segundo Himmelman, (2001:283)

As estratégias de trabalho colaborativo, configuram-se como diferentes níveis de aprofundamento do mesmo, partindo das redes, com uma visão mais instrumental de troca de informação para benefício mútuo, para uma visão de empowerment colaborativo na fase de colaboração, analisa ainda o trabalho colaborativo de acordo com três variáveis: o tempo, a confiança e a sua implantação territorial (...) A colaboração é a configuração de trabalho colaborativo mais complexo e, por essa razão, a mais difícil de atingir, uma vez que implica um forte relacionamento e equilíbrio entre os atores presentes.

Implicando, por isso, um forte relacionamento entre todos, o que pressupõe que a parceria surja enquanto conceito estruturante da colaboração em contexto de governação integrada, implicando a criação de relações de confiança, a partilha de conhecimentos e de liderança. A compreensão, a flexibilidade, a visão integradora e a orientação para as respostas mais concretas, e de empoderamento comunitário são as características das parcerias mais eficazes, que permite aumentar a eficácia nas dimensões psicológicas, socioculturais, políticas e económicas do exercício de cidadania numa perspectiva de promoção dos direitos humanos, em especial nos direitos das crianças e jovens, consagrado na Convenção dos Direitos das Crianças,

Para Ferreira, (2009:75),

(...) os direitos humanos constituem um dos princípios centrais da intervenção do Serviço Social no sistema de proteção à criança, bem como a Convenção dos Direitos da Criança que assume particular pertinência nas práticas dos assistentes sociais, ao nível dos cuidados e tratamento na promoção do bem-estar da criança.

Segundo Hodges, Hernandez e Nesman (2003:292), a colaboração entre serviços para as famílias, crianças, comunidade poderá ser definida como “um processo de trabalho conjunto entre agências com o intuito de resolver problemas interdependentes com o foco de melhorar serviços para as crianças e as suas famílias”. Assim, o objetivo da colaboração é o desenvolvimento de um processo para a resolução de problemas, mais do que para o resultado final em si mesmo.

4. A LIDERANÇA COLABORATIVA NUMA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS

A relação colaborativa resulta do reconhecimento por parte dos profissionais e das organizações de que os problemas complexos e particulares que conduziram à sua relação não podem ser resolvidos apenas por uma coordenação entre os diferentes serviços (Walker, 2006). Deste modo, é necessária uma relação mais estruturada e organizada, formal e qualificada por um conjunto de objetivos e procedimentos, em que a parceria colaborativa entre serviços pode ocorrer num ato contínuo desde uma colaboração local

e informal até uma colaboração formal e organizacional/institucional, assumida por lideranças capazes de promover a relação participativa e colaborativa.

Inerente aos processos participativo e dinâmico das CPCJ, Marques (2017) sugere que a liderança radica na capacidade de criar culturas fortes capazes de influenciar a dinâmica dos contextos em que se movem e os seus processos de decisão política e no caso das CPCJ, o papel do líder formal (presidente), e numa lógica de liderança colaborativa, apresenta particularidades, nomeadamente ao estimular uma cultura de empreendedorismo relativamente a ideias e inovações que beneficiem a aprendizagem coletiva e assegura a participação de todos os membros e tido em consideração em oposição a uma liderança burocrática/ hierarquizada, levando o grupo e a parceria e atingir um objetivo comum e coeso e mobilizador procurando encontrar recursos, consensos, anuências e soluções para as necessidades, através da construção de relações coesas, sólidas e atento/a às mudanças preconizadas, pois para que se verifique um maior sucesso de eficiência e cooperação no âmbito da governação integrada, esta depende da qualidade e da adequação das lideranças envolvidas (Emerson, Nabatchi, e Balogh, 2011).

O presidente de uma CPCJ é eleito pela Comissão Alargada, que tem a função de designar, entre os membros da Comissão, o secretário da CPCJ que coadjuva e substitui o presidente em caso de impedimento. Trata-se de um líder essencialmente gestor de relações. A função essencial deste é a de promover a colaboração das instituições e pessoas, fazendo emergir o potencial e competências de cada um dos seus colaboradores, criando as condições propícias para a sua participação efetiva tendo em atenção as diferentes áreas profissionais e académicas.

Assim, torna-se importante que exista uma comunicação eficaz entre todos, implicando uma verdadeira troca e circulação de informação numa rede que interliga os participantes e que progride no sentido de reforçar o modo de “olhar” as famílias. Apelando à participação de todos envolve uma apropriação do problema por parte dos parceiros, que passam a senti-lo como seu. Esta apropriação dependerá de um fator apontado por Marques (2017), a constatação pelos membros das CPCJ para as vantagens e benefícios que uma transformação como a governação integrada pode trazer ao seu funcionamento, à forma como gerem processos e/ou à melhoria dos resultados da sua ação, cuja importância dos diferentes saberes disciplinares apresentam aqui a sua valorização e importância.

No caso das CPCJ, em conformidade com Carmo (2007), outros fatores essenciais serão a assunção pelas entidades representadas da sua responsabilidade na criação de condições para que os seus representantes participem ativamente no trabalho desenvolvido promovendo uma maior disponibilidade para dar resposta às solicitações do trabalho em parceria e valorização do seu trabalho nas CPCJ. A função e o desempenho dos membros das CPCJ, afasta-se de um paradigma e protótipo de mera representação, exigindo uma atitude e posição de intervenção, só podendo esta ser viabilizada através do poder de vincular a entidade representada às decisões tomadas colaborativamente e sempre numa perspectiva interdisciplinar.

O facto intervirem de forma sistémica e holística sobre o problema da criança ou do jovem, leva as CPCJ a envolver parceiros (que podem, ou não, pertencer à Comissão, dependendo do caso), a auscultar e procurar conciliar as diversas partes interessadas, quer no desenho das soluções e na definição de projetos de vida quer na avaliação das mesmas. Esta metodologia remete diretamente para os princípios da Governação Integrada, nomeadamente, os da colaboração, da participação, da liderança (procurando consensos) e da comunicação, avaliação sem a qual o indispensável processo de monitorização, de supervisão e controlo do processo seria muito difícil de implementar.

Para além disso, no caso das crianças e jovens, cada tentativa de resolver um problema pode deixar marcas indeléveis para o futuro. Assim sendo, a tradicional linearidade sequencial das etapas da gestão de projetos (planeamento, execução, avaliação) não se coaduna com a natureza do problema em causa. Promover uma boa comunicação e uma abordagem de trabalho em parceria poderá contribuir para a eficácia da colaboração interdisciplinar. A constituição das CPCJ são o exemplo das equipas multidisciplinares a trabalhar em parceria na identificação e intervenção sobre as situações de crianças e jovens em risco e/ou perigo.

O/a assistente social ao realizar atividades partilhadas com outros profissionais, dispõe de ângulos particulares de observação, de diagnóstico e de interpretação dos mesmos processos sociais e uma competência também distinta para o encaminhamento das ações (Iamamoto, 2004), esta característica torna-o/a como um membro fundamental e indispensável no seio destas equipas.

As características do conhecimento e as habilidades do/a assistente social exigida para o trabalho interdisciplinar são semelhantes às efetuadas na sua intervenção isolada (Ely, 2003). Todos os profissionais que desempenham funções nas CPCJ têm como objetivo comum proteger e promover os direitos das crianças e jovens. São orientados por diferentes correntes teóricas-metodológicas e prática da interdisciplinaridade consiste em lidar com diferença e convertê-la em saldo e não em débito para o profissional, para a sua categoria, para a sua equipe para o seu usuário e para a política universal dos direitos (Carvalho, 2012).

Guadalupe (2009:39), afirma que:

(...) Uma posição observante que inclui o próprio interventor, e o seu contexto; uma estrutura colaborativa, coloca a tónica nos objetivos centrados na mudança de contextos e significados; limita a instrumentalidade técnica do interventor; enfatiza um ponto de vista sobre os problemas isento de juízos de valor (teóricas ou culturais).

Esta visão com uma liderança colaborativa resume assim os pressupostos da intervenção holística e sistémica nas CPCJ, coadunando-se com o modelo biopsicossocial e sistémico ao referir que a pessoa interage continuamente com o ambiente externo e social, exercendo influência de forma significativa pela interação dos diversos sistemas, e simultaneamente a mente e o corpo da pessoa interagem entre si reciprocamente. As crianças e os jovens, referenciados e sinalizados nas CPCJ encontram-se no microsistema, onde as relações se definem pela sua proximidade e com forte influência para o seu

desenvolvimento. À volta do microsistema existem mais três sistemas, meso sistema, exo sistema e macro sistema que se diferenciam pelo seu grau de proximidade face ao sujeito, mas todos eles determinam o contexto social para o desenvolvimento da criança e/ou jovem. De acordo com Guadalupe (2010:54) “as redes sociais pessoais estariam claramente situadas ao nível do microsistema, estabelecidas através do meso sistema, em íntima relação com o exo sistema e influenciadas pelo macro sistema.” Ou seja, pode-se identificar dois tipos de rede, a primária e a secundária, fazendo as primeiras referências a “um conjunto natural de indivíduos em interação uns com os outros (...) que formam a trama de base da sociedade e o meio de inserção do indivíduo, ou, por outras palavras, indivíduos que têm afinidades pessoais num quadro não institucional” (Guadalupe, 2010:54). As consideradas redes secundárias ajustam-se a um conjunto de atores sociais, com diferentes funções e missões, mas que se articulam e interagem em torno de um projeto comum, num quadro institucional, organizacional e cultural. Esta visão de conceção de rede, associada à ideia de articulação, colaboração, dinamismo e conexão, aplicada à intervenção pressupõe a necessidade e a importância de criar e potencializar equipas multidisciplinares e interinstitucionais com o objetivo de dar respostas adequadas às diversas problemáticas. Ou seja, este trabalho em parceria, trata-se de uma (...) “ligação entre uma perspetiva de conhecimento teoricamente fundamentada e de enquadramento macrossocial e uma abordagem orientada para uma prática de intervenção da responsabilidade dos atores locais nos seus contextos específicos”.

Portanto, “podemos aferir que o trabalho em parceria, resulta da articulação e conexão, de diversos atores sociais, independentemente de possuírem características similares ou distintas, em torno de um projeto em comum” (Alves, 2012:42), pelo que promove a participação e a responsabilidade participada e partilhada, situação que ocorre em contexto de CPCJ.

Consoante Ferreira (2011:237), “o trabalho em rede permite uma intervenção partilhada ao nível de uma capacidade de resposta ao cidadão ou problema através da articulação e cooperação das várias estruturas comunitárias”. A intervenção em rede caracteriza as CPCJ, “onde todos interagem de forma colaborativa, não podendo estes serem vistos separadamente, mas sim com um todo” Payne, (2002:195), na medida em que o trabalho de parceria, cooperação, articulação, comunicação e confiança são aspetos que prevalecem nas mesmas.

CAPÍTULO II – METODOLOGIA DA PESQUISA, MÉTODOS E TÉCNICAS

1. FUNDAMENTAÇÃO DA METODOLOGIA

Com a convicção de que as CPCJ são a expressão da representação da comunidade e que o papel destas, atenta à sua natureza, competência territorial, composição, atribuições e apoio logístico, bem como a inferência dos diferentes saberes académicos e profissionais que são preponderantes na tomada de consciência e decisão desta comunidade territorial local, na gestão do problema social complexo e que tem de ser ministrada em sede dos direitos da criança, tarefa desempenhada pelas modalidades alargada e restrita e sempre numa lógica de governação integrada em que a colaboração, interprofissionalidade e interdisciplinaridade das equipas que visam a promoção e a proteção dos direitos das crianças, tendo inerente os princípios democráticos, quer na sua constituição quer no seu funcionamento ao nível da sua liderança, serão expostos no presente capítulo o objeto e os objetivos do estudo, a análise empírica e a opção metodológica, seguidas do campo e modelo de análise utilizados para encontrar respostas às questões colocadas.

Este processo teve início com a revisão da literatura e operacionalizou-se primeiro através de uma análise documental de livros, artigos de revistas científicas, dissertações de mestrado e doutoramento e de legislação, fundamental para o levantamento de informações teóricas sobre as diversas temáticas a abordar.

Está subjacente que a investigação é uma atitude essencial ao ser humano, um motivo básico que dinamiza o seu desenvolvimento e que o acompanha ao longo da ontogénese como vetor instrumental da sua adaptação ao mundo envolvente, fator de compreensão tanto dos outros quanto de si próprio, modo relacional e ferramenta operante, transformadora e construtiva da realidade, sendo esta definida, segundo Fortin (2003:15), como uma “aquisição de conhecimentos, uma forma ordenada e sistemática de encontrar respostas para questões que necessitam duma investigação” obedecendo a um processo organizado, sistemático e exigente, considerado uma via privilegiada para acesso ao conhecimento dos fenómenos empíricos para os transpor para o conhecimento científico.

Qualquer investigação tem o seu início com a escolha de um domínio particular de interesse para uma questão de investigação que poderá ser estudada ao afirmar que o primeiro problema que se põe ao investigador é muito simplesmente o de saber como começar bem o seu trabalho, perante o que se pretende investigar (Fortin, 2003). A formulação do problema deve demonstrar, com a ajuda de uma argumentação, que a exploração empírica da questão é pertinente e concernente e que esta é suscetível de contribuir para o avanço do conhecimento científico, e que os métodos de investigação se harmonizam-se com diferentes fundamentos filosóficos que apoiam as inquietações. Quanto às linhas orientadoras da investigação e o método, implica a recolha de dados, organização e a sistematização da

informação, através da análise e interpretação do material de pesquisa recolhido (Fortin, 2003; Quivy e Campenhoudt, 2005).

Tendo por base a problemática subjacente o objeto deste estudo de investigação, que é o modelo de abordagem colaborativa em contexto das CPCJ, inicialmente colocou-se algumas questões que permitiram a delimitação teórica e empírica do que se pretendia estudar, nomeadamente:

- Em que contexto e como é realizada a articulação/colaboração entre as diferentes equipas com competência em matéria de infância e juventude?
- Como são preconizadas as tomadas de decisão perante a interprofissionalidade das equipas?
- Que tipo de liderança é utilizada nas CPCJ?
- Como é concretizada a participação de cada membro na gestão do problema?
- Em que momentos, e como, é realizada a partilha da informação e articulação entre as diferentes equipas nos diferentes patamares de intervenção?
- Que modelo de colaboração é utilizado pelos diferentes profissionais que integram as CPCJ?

Reportando-se à relação entre os profissionais com diferentes formações académicas nas CPCJ e a relação destas equipas, com as equipas com competência em matéria de infância e juventude e os tribunais, surge a questão de partida: Como é consubstanciada abordagem colaborativa em contexto de CPCJ?

Como os objetivos fornecem informação sobre a pesquisa e quais os resultados que pretendemos alcançar ou qual a contribuição que a pesquisa irá efetivamente proporcionar e porque: (...) “os objetivos gerais estão ligados a uma visão global e abrangente do tema. Relaciona-se com o conteúdo intrínseco quer nos fenómenos e eventos, quer das ideias estudadas, vincula-se diretamente à proposta de significação de tese proposta pelo projeto (...)” Prodanov e Freitas (2013:124).

Neste sentido, o objetivo geral deste estudo é: Compreender o modelo de abordagem colaborativa em contexto das CPCJ.

E como objetivos específicos:

- Descrever e analisar a estratégia de liderança adotada nas CPCJ.
- Compreender de que forma é operacionalizada a participação de cada membro no trabalho desenvolvido nas CPCJ;
- Percecionar a tomada de decisões na gestão do problema face à Interprofissionalidade das equipas das CPCJ;
- Conhecer as estratégias metodológicas utilizadas pelos profissionais na participação de cada membro na gestão do problema;

- Descrever e analisando a estratégia de liderança adotada nas mesmas;
- Compreender de que forma é operacionalizada a participação de cada membro no trabalho desenvolvido nas CPCJ na tomada de decisões na gestão do problema complexo.

Segundo Fortin, (2003:133), o “tipo de estudo descreve a estrutura utilizada segundo a questão de investigação visa descrever variáveis ou grupos de sujeitos, explorar ou examinar relações entre variáveis ou ainda verificar hipóteses de causalidade”, traduzindo-se num estudo de carácter exploratório-descritivo que visa “denominar, classificar, descrever uma população ou conceptualizar uma situação” (Fortin, 2003,137:138) do ponto de vista do participante, podendo contribuir o enriquecimento científico no âmbito da colaboração em contexto das CPCJ.

2. TÉCNICA DE RECOLHA E ANÁLISE DE DADOS

Optou-se nesta investigação por um estudo exploratório e uma metodologia quantitativa. A recolha de dados foi feita através de um questionário online e a estruturadas questões foi feita segundo uma escala de Likert, “este tipo de escala é usada comumente quando o investigador tem como objetivo obter respostas que possam ser comparadas umas com as outras, sobre a perceção dos inquiridos sobre determinada problemática (Alreck e Settle, 1995), neste caso o trabalho desenvolvido em contexto de CPCJ, pretendendo e permitindo a determinação de tendências presentes na realidade, ou seja, dados representativos da mesma.

De acordo com as questões de investigação e o campo empírico de aplicação definidos, foi de todo pertinente utilizar um método de investigação quantitativo, de modo a responder às questões formuladas, confrontando-as com os dados recolhidos, tendo sido utilizado para a recolha dos dados e considerado mais adequado, um questionário online com uma escala de Likert de níveis (Anexo 1).

O questionário é um instrumento de medida que traduz os objetivos do estudo e ajuda a organizar, normalizar e a controlar os dados para que as informações procuradas possam ser colhidas de uma forma rigorosa (Fortin, 2009), confirmando ou infirmando as questões de investigação.

Quanto ao conteúdo, foram formuladas 22 questões e estas foram divididas entre aquelas que se focalizam nos factos (toda a informação que possa ser recolhida pelos sujeitos que é suscetível de ser conhecida através de outra forma que não seja um inquérito) e as questões de opinião que, sendo mais de natureza subjetiva, se debruçam sobre opiniões, atitudes, crenças, preferências, entre outras. No que respeita à forma, as questões foram na sua maioria fechadas, permitindo às pessoas escolher as suas respostas entre duas ou mais opções, e incluiu-se duas das perguntas abertas para as quais os respondentes usaram o seu próprio vocabulário fornecendo pormenores e fazendo comentários. Importa referir que no questionário se recorreu a uma Escala de Likert de cinco pontos como tabela de classificação das perguntas em que o respondente foi convidado a emitir a resposta que mais se adequou

e/ou traduziu a sua opinião, indicando uma posição/opinião face às cinco proposições propostas (1=não concorda a 5- Concorda Totalmente).

Esta pesquisa quantitativa decorreu em cinco etapas: (1) construção e desenho do questionário; (2) pré-teste do questionário (de forma a identificar a inconsistência nas questões, a ambiguidade e anfibologia da linguagem utilizada, perguntas supérfluas e excedentes e ajustar a dimensão do questionário, de forma a averiguar eventuais dificuldades bem como, o de proceder aos ajustes necessários antes da sua aplicação), que foi dirigido a quatro pessoas de diferentes áreas académicas e profissionais; (3) procedimentos de envio e acompanhamento do questionário; (4) recolha e tratamento dos dados e (5) análise dos resultados.

A recolha de dados foi realizada de 1 a 30 de abril de 2021, através de um questionário online, dirigido a todos os comissários/as e ex-comissários/as das 311 CPCJ existentes a nível nacional, caracterizado por regiões (NUTS), incluindo as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, conforme dados do relatório anual de 2020 da CNPDPCJ, que corresponde ao universo do estudo em causa e com uma amostra de 289 respostas, sendo validadas 287. O estudo teve por base uma amostragem não probabilística, das 289 participações, duas não consentiram a divulgação dos dados para o presente estudo para fins científicos.

O questionário foi respondido online, a partir de um link construído na plataforma Google Forms, utilizando uma conta de e-mail especificamente criada para o efeito, garantindo a não partilha de dados recolhidos e o seu tratamento de forma sigilosa, preservando o anonimato e confidencialidade de quem nele participou. O questionário foi enviado por correio eletrónico (Anexo 3) para todas as CPCJ que constam na base institucional de endereços eletrónicos da CNPDPCJ, cuja utilização para o efeito foi consentida e autorizada (anexo 2). Foi ainda utilizada a rede social Facebook do investigador de forma a maximizar a taxa de respostas ao questionário.

A utilização do questionário online permitiu uma recolha mais rápida dos dados, em simultâneo permitiu ter uma amostra mais diversificada quanto à localização dos respondentes. O custo reduzido da aplicação deste instrumento de recolha de dados deve ser também assinalado, uma vez que reforça os aspetos positivos deste tipo de questionário (Flick, 2009) e o tempo era condicionado.

Um dos grandes desafios na utilização de questionários online passa também pelas questões éticas e de confidencialidade. Com base nesta premissa e perante os dados recolhidos, todos são confidenciais e as identidades dos respondentes foram protegidas de terceiros, tendo sido asseguradas as condições para a declaração de consentimento informado de todos os participantes no estudo e expressas no questionário, não sendo a identificação do mesmo associado aos resultados do estudo ou partilhado em qualquer momento com terceiros, nem tão pouco foi solicitado endereço eletrónico dos participantes.

O questionário (Anexo1) divide-se em três partes: i) A primeira parte, de caracterização sociodemográfica do respondente, onde se apresenta as questões relativas ao género, idade,

região/NUTS, formação académica, representação institucional, tempo de serviço, tipo de modalidade da CPCJ que inclui duas questões abertas de opinião pessoal acerca da sua visão enquanto sujeito interventor de ação colaborativa e a de expressão livre acerca da sua formação académica específica; ii) A segunda parte reporta-se às práticas de intervenção e de articulação entre profissionais e entidades na gestão do problema social complexo; iii) Na terceira parte é abordada a forma como é percecionada pelos diferentes profissionais a liderança numa CPCJ como modelo colaborativo.

Os dados recolhidos através do questionário foram tratados e analisados com recurso ao software IBM SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) versão 26 e Microsoft Excel 2019 bem como Microsoft Office 365. Os resultados são apresentados através de gráficos e tabelas que contém as frequências absolutas e percentagens e, quando possível, a média. Foi igualmente efetuada uma análise bivariada entre cada uma das variáveis da segunda e terceira parte do questionário com a variável Regiões com o objetivo de apurar uma visão mais específica em termos regionais.

Numa das perguntas abertas, em que os respondentes foram questionados sobre se a sua ação era colaborativa, salienta-se o facto de esta ter sido tratada através de análise de conteúdo, resultando num quadro de categorias em conformidade com os objetivos propostos. A pergunta sobre a formação académica foi também deixada em aberto para que o respondente pudesse identificar o grau e a área científica da sua formação académica tendo sido posteriormente categorizada apenas a informação relativa ao grau académico.

CAPÍTULO III - APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

1. CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA E PROFISSIONAL: APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

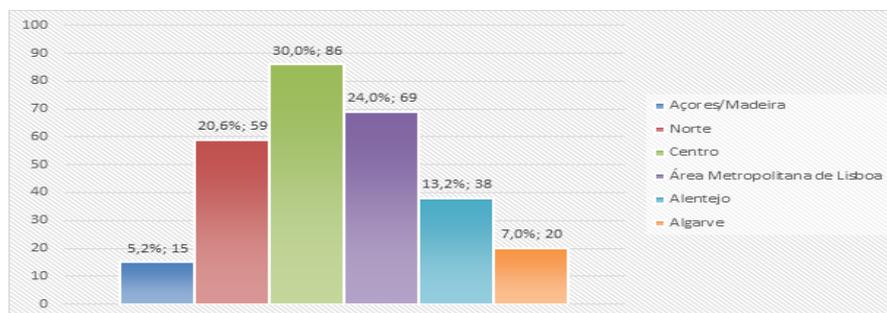
Com a premissa firmada por Flyvbjerg (2001:166),

(...) devemos efetivamente comunicar os resultados da investigação desenvolvida aos nossos concidadãos. Se fizermos isso, poderemos transformar com sucesso as ciências sociais (...) numa atividade feita em público para o público, algumas vezes para clarificar, algumas vezes para intervir, algumas vezes para originar novas perspetivas, e sempre para servir como olhos e ouvidos nos nossos continuados esforços para compreender o presente e para deliberar sobre o futuro. Podemos, em resumo, chegar às ciências sociais que interessam (...), transformando assim o campo empírico do investigador em conhecimento científico.

De seguida serão apresentados os principais resultados, relativos à amostra no que concerne à caracterização sociodemográfica, socioeconómica, à caracterização de práticas de intervenção e de articulação entre os profissionais e entidades na gestão do problema social complexo e à caracterização da liderança como modelo colaborativo.

Pelas respostas obtidas, face ao número de CPCJ existentes em Portugal Continental, Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, que em 2021 é de 311, e categorizadas em regiões/NUTS, entende-se que este estudo irá contribuir para enriquecer o Sistema de Promoção e Proteção na perspetiva colaborativa, mais concretamente em contexto de CPCJ, podendo evidenciar características importantes no trabalho interdisciplinar nas práticas de intervenção e de articulação entre profissionais e entidades na gestão do problema social complexo bem como conhecer qual o modelo de liderança existente nas CPCJ.

Gráfico 1 - Distribuição geográfica



Em termos de caracterização sociodemográfica, no que à participação neste estudo diz respeito, verifica-se um maior peso da Região Centro com 30,0% dos respondentes a pertencer a esta região, seguida da Área Metropolitana de Lisboa e da Região Norte, com 24,0% e 20,6%, respetivamente. As

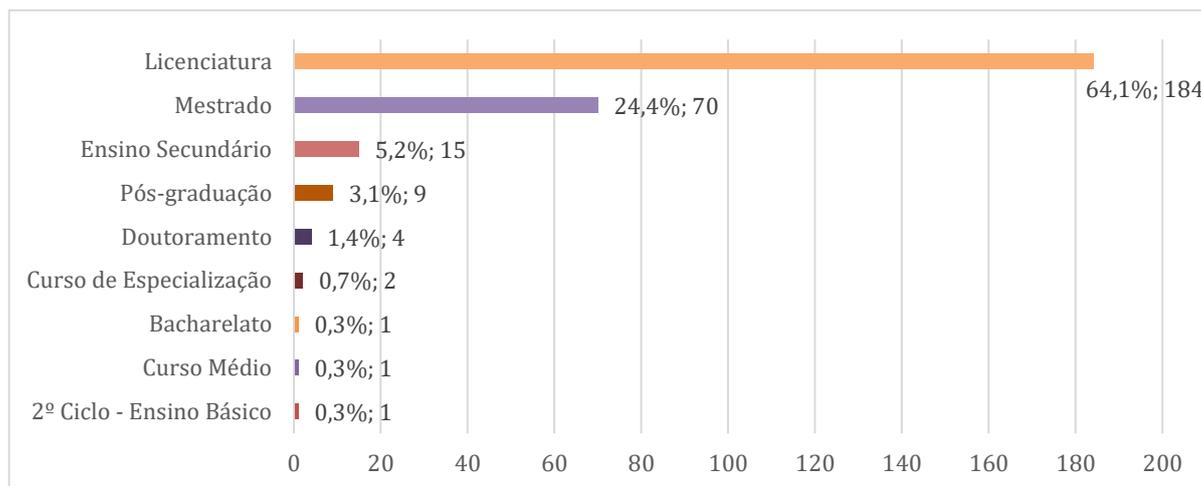
regiões que apresentam um menor peso no total das respostas são o Algarve (7,0%) e o Alentejo (5,2%), o que pode ser explicado pelo facto de o universo ser, em termos absolutos menor nessas regiões.

Tabela 1 – Género e Escalão etário

		n	%
Género	Feminino	233	80,6
	Masculino	56	19,4
Escalão etário	20-30	19	6,6
	31-40	57	19,7
	41-50	90	31,1
	51-60	100	34,6
	+ de 61	23	8,0

No que respeita à variável *Género*, a participação das *Mulheres* é claramente maioritária, representando uma percentagem de 80,6%. No que concerne à *Idade* dos respondentes expressa em classes etárias, verifica-se uma predominância de sujeitos com idades entre os 41 e os 60 anos, correspondendo a mais de metade (65,7%) das respostas.

Gráfico 2 - Formação Académica



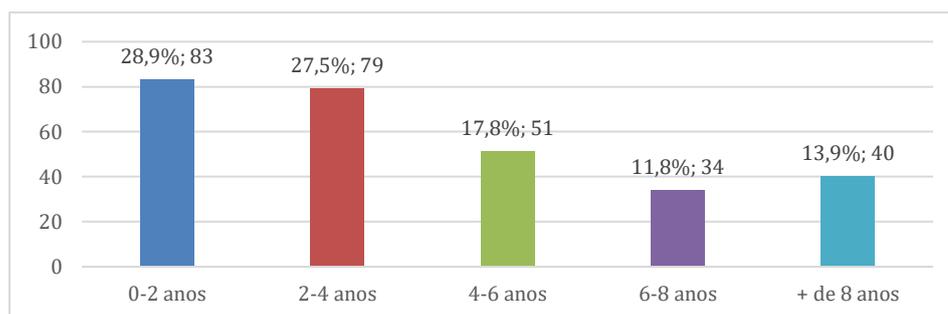
Relativamente à *Formação académica*, é clara a predominância da *Licenciatura* (64,1%), embora seja igualmente visível a existência de graus mais avançados como o *Mestrado* (24,4%), refletindo uma preocupação na progressão dos estudos e na aquisição de mais conhecimentos por parte destes participantes.

Tabela 2 - Entidade/Instituição representada na CPCJ

	n	%
Educação	55	19,2
Município	50	17,4
Outro	49	17,1
IPSS	39	13,6
Assembleia Municipal	28	9,8
Segurança Social	20	7,0
Autoridades Policiais	16	5,6
Instituto do Emprego e Formação Profissional	16	5,6
Saúde	14	4,9

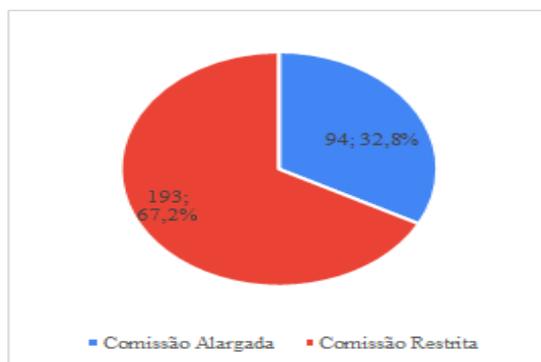
Relativamente à Entidade ou Instituição que representa ou representava na CPCJ, destacam-se as Entidades/Instituições da área da *Educação* (19,2%), seguidas da representação do *Município* (17,4%), *Outras* tipologias (17,1%) e *IPSS* (13,6%). Com menor representatividade estão as instituições na área da *Saúde*, conforme resultados apresentados na tabela 1.

Gráfico 3 - Tempo de exercício numa Comissão de Proteção de Crianças e Jovens



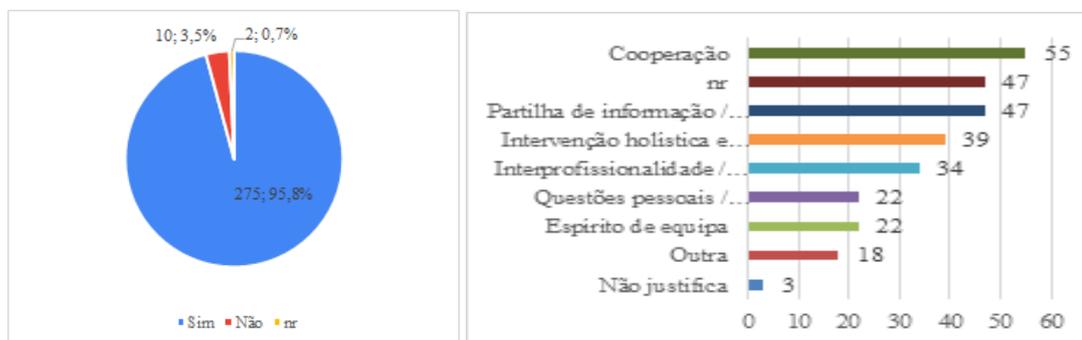
O Gráfico 3 evidencia que mais de metade dos participantes no estudo (56,4%) se encontram em atividade há quatro ou menos anos. Apenas 13,9% está na profissão há mais de 8 anos o que se deve, eventualmente, ao facto de serem elementos do apoio técnico, que não carecem de tempo limite de permanência na CPCJ.

Gráfico 4 – Modalidade de integração na CPCJ



No que respeita ao desempenho das suas atividades nas diferentes modalidades de funcionamento na CPCJ (Gráfico 4), a maioria dos respondentes encontra-se a exercer ou já desempenhou funções na Comissão Restrita (67,2%),

Gráfico 5 e 6 – Visão sobre ação colaborativa e Conceitos sobre ação colaborativa na sua intervenção



Quando questionados se *Enquanto membro da CPCJ consideram que a sua participação é sujeito interventor de ação colaborativa*, a quase totalidade responde que *sim* (95,8%). Os resultados obtidos indicam que para a maioria dos respondentes a sua ação é colaborativa, incidindo esta numa visão inserida na cooperação e na partilha informação.

A segunda parte do questionário tem como objetivo avaliar as práticas de intervenção e de articulação entre profissionais e entidades na gestão do problema social complexo. Na terceira parte é abordada a forma como é percecionada pelos diferentes profissionais a liderança numa CPCJ como modelo colaborativo.

Tabela 3 – Afirmações que refletem e /ou influenciam a prática face ao sujeito de intervenção

	Média	Açores Madeira	Norte	Centro	AML	Alentejo	Algarve
Reuniões de equipa	4,00	4,07	4,19	4,00	3,96	3,92	3,70
Relações de amizade entre os técnicos	3,12	2,67	3,27	3,12	2,97	3,29	3,25
Momentos de partilha informal	3,69	3,60	3,85	3,67	3,62	3,68	3,55
Espírito de interajuda entre técnicos	4,11	4,13	4,29	4,12	3,97	4,11	4,10
Escolho articular só com técnicos da mesma área profissional/Saber académico	1,83	1,80	1,78	1,86	1,87	1,84	1,70
Escolho articular a intervenção de acordo com o perfil do técnico com quem melhor me relaciono	2,12	2,47	2,14	2,03	2,29	2,16	1,55
Defino um plano de intervenção com todos os técnicos que intervêm na resolução do problema, escolhendo aquele que melhor se adequa à solução do problema	3,74	3,80	3,78	3,73	3,84	3,76	3,20
Defino um plano de intervenção com todos os técnicos que intervêm na resolução do problema, independentemente da sua formação académica, mas aquele que melhor poderá responder à solução do problema	3,85	3,93	3,80	3,91	3,94	3,71	3,60
O conhecimento académico influencia a minha escolha na articulação com os outros profissionais	2,59	2,53	2,58	2,64	2,81	2,39	2,05

O conhecimento/experiência profissional de outros profissionais, pode influenciar a minha decisão na definição de um projeto de vida para a criança e/ou jovem em análise	3,71	3,73	3,64	3,73	3,83	3,58	3,70
---	------	------	------	------	------	------	------

Analisando a presente tabela é possível perceber que o *Espírito de interajuda entre técnicos* (4,11) e as *Reuniões de equipa* (4,00) são as práticas que mais influenciam estes profissionais face ao sujeito de intervenção. Em sentido oposto, com um valor médio de 1,83, a afirmação *Escolho articular só com técnicos da mesma área profissional/Saber académico* foi a que menos atenção recebeu. A análise destas respostas por Região, conforme resultados apresentados na Tabela 3, permite perceber que o *Espírito de interajuda entre os técnicos* é o que ressalta em toda a intervenção efetuada nas Equipas das CPCJ a nível nacional, com o enfoque na região Norte (4,29).

Tabela 4 – Princípios éticos na intervenção

	Média	Açores Madeira	Norte	Centro	AML	Alentejo	Algarve
Confidencialidade	4,63	4,60	4,71	4,59	4,68	4,53	4,55
Autodeterminação	4,04	3,73	4,15	3,97	4,13	4,03	4,00
Paternalismo	2,52	2,47	2,68	2,71	2,19	2,61	2,25
Divisão de lealdade	3,05	3,13	3,22	3,00	2,91	3,11	3,10
Fronteiras profissionais	3,17	3,07	3,27	3,09	3,38	2,97	2,90
Conflitos de valores e questões deontológicas	3,04	3,00	3,08	3,01	3,22	2,79	2,90

Desdobrando estes valores pelas várias áreas geográficas, verifica-se que é na área Metropolitana de Lisboa e na zona Norte que os princípios éticos da confidencialidade e autodeterminação estão mais presentes na intervenção muito embora essa presença seja transversal nas restantes regiões com relativa homogeneidade; a confidencialidade para Castro (2007-2008:92) é “*o dever de resguardar todas as informações que dizem a uma pessoa (...) é o dever que inclui a preservação das informações privadas e íntimas, e um direito de quem transmite dos dados pessoais*” É uma preocupação de todo o trabalho desenvolvido nas CPCJ dado o caráter reservado e confidencial de todo o processo.

Tabela 5 – Afirmações que limitam a ação colaborativa na sua ação/intervenção

	Média	Açores Madeira	Norte	Centro	AML	Alentejo	Algarve
Gestão dos recursos (humanos, logísticos e financeiros)	3,42	3,67	3,42	3,26	3,70	3,50	2,80
Desigualdade de afetação da cada entidade representante	3,28	3,20	3,24	3,08	3,55	3,53	2,95
Fatores motivacionais das entidades representadas	3,40	3,87	3,24	3,37	3,54	3,53	2,95
Com a Lei e com diretrizes do governo/ instituição para que trabalhe	3,42	2,73	2,97	3,01	3,28	2,95	2,90

Foi igualmente pedido que procedessem à identificação de situações que de alguma forma se revelassem limitações da colaboração na ação/intervenção no âmbito de implementação de políticas públicas e programas de bem-estar social, tendo sido possível apurar, que se destacam de forma moderada dois aspetos, *Gestão dos recursos (humanos, logísticos e financeiros)* (3,42) e *Fatores*

motivacionais das entidades representadas (3,40), ressaltando-se que é nas regiões *Autónomas dos Açores e Madeira* e na *Área Metropolitana de Lisboa* que se repercute já nos aspetos referenciados.

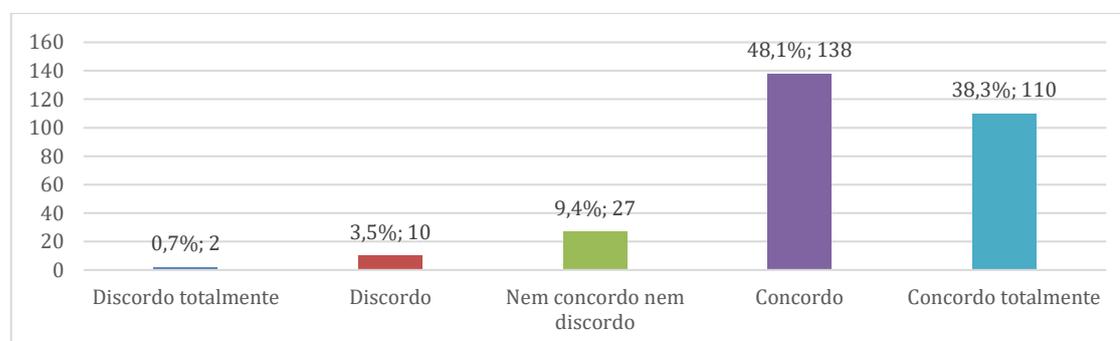
Tabela 6 – Identificação da ação colaborativa na relação profissional entre colegas

	Média	Açores Madeira	Norte	Centro	AML	Alentejo	Algarve
Cooperação no trabalho em equipa	4,20	4,27	4,27	4,12	4,29	4,03	4,25
Colaboração interprofissional	4,11	4,20	4,17	4,01	4,22	3,92	4,25
Colaboração interinstitucional	4,04	4,20	4,08	4,01	4,10	3,84	4,05
Dificuldades no trabalho em equipa	2,58	2,47	2,56	2,44	2,71	2,84	2,35
Dificuldades em aceitar opiniões divergentes	2,22	2,00	2,14	2,19	2,43	2,32	1,90
Conceção profissional de modelos de intervenção sistémica e holística na resolução dos problemas sociais complexos	3,46	3,47	3,61	3,28	3,75	3,32	3,10
Considero existir capacidade de denunciar más práticas éticas dentro da minha CPCJ	2,76	2,80	2,66	2,70	2,77	2,87	3,00

Verifica-se que quando solicitado que identificassem situações de ação colaborativa existentes na sua relação profissional com colegas a *Cooperação no trabalho em equipa* (4,20), a *Colaboração interprofissional* (4,11) e a *Colaboração interinstitucional* (4,04) destacam-se com valores médios acima de 4,00.

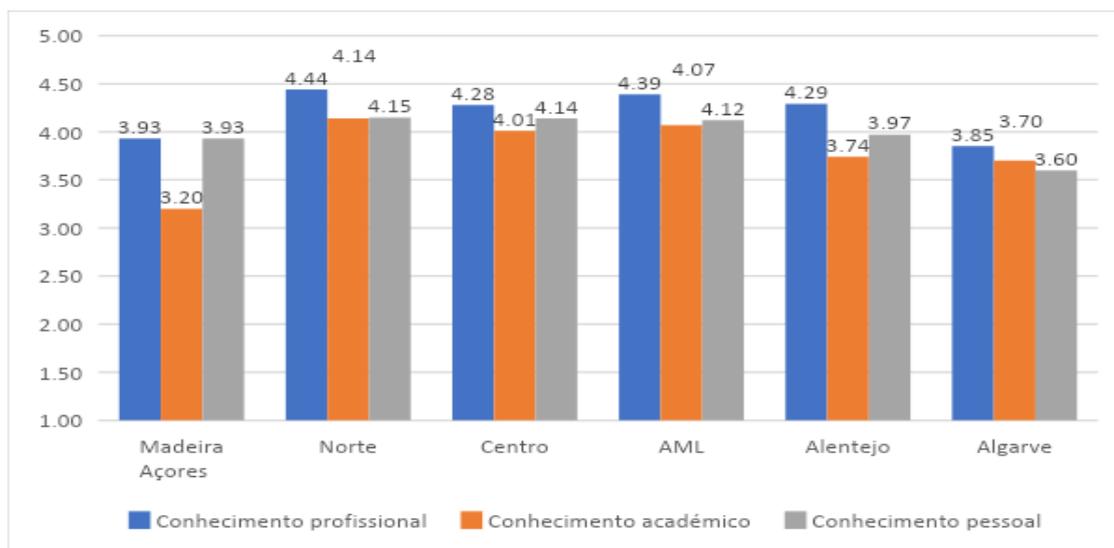
A desagregação destes fatores por área geográfica permite observar que, para os três fatores elencados, a região do Alentejo é a única que apresenta resultados abaixo de 4,00.

Gráfico 7 – Perceção dos profissionais sobre a missão das CPCJ



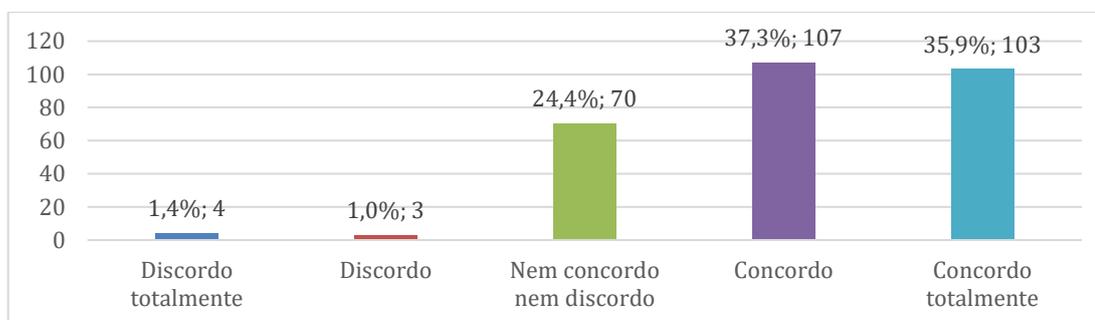
Na questão 13 foi apresentada a afirmação “as CPCJ funcionam com os profissionais de diferentes áreas e saberes académicos e sob o lema da responsabilização e da colaboração com a comunidade”, para que os participantes expusessem a sua perceção sobre se a mesma traduz o paradigma e a missão das CPCJ. De facto, a concordância é quase total, pois 86,4% *Concordam* ou *Concordam totalmente* com a mesma.

Gráfico 2 – Diferentes tipos de conhecimento podem influenciar a relação com o sujeito



Na questão 14 (resultados apresentados no gráfico 8) foi pedido que avaliassem que diferentes tipos de conhecimento quer profissional, quer académico e pessoal, podem influenciar a relação com o sujeito com vista a salvaguardar o superior interesse da criança, resultando que todas possibilidades avançadas recolheram valores altos, sendo de destacar o *Conhecimento profissional*, destacando-se a região Norte com valores mais elevados face ao contexto nacional em todos os tipos de conhecimento. Em todas as regiões o conhecimento pessoal tem uma maior influência do que o conhecimento académico com exceção do Algarve (onde a relação é inversa).

Gráfico 9 – Perceção sobre a interdisciplinaridade e equipas multidisciplinares



Na questão 15 foi apresentada uma afirmação e solicitado aos participantes que assinalassem em que medida concordavam com a mesma: *no modelo estabelecido na relação com o sujeito de intervenção (técnicos/crianças/famílias/comunidade) “só haverá interdisciplinaridade se o profissional for capaz de partilhar o domínio do saber, se tiver a coragem necessária para abandonar o conforto da linguagem estritamente técnica e arriscar-se num domínio que é de todos e de que ninguém é proprietário exclusivo”*. Foi, pois, possível apurar que de facto a concordância é elevada (73,6%) e que 24,4% *Nem concordam nem discordam* o que pode revelar desconhecimento ou afastamento nessa esfera de atuação, conforme evidenciado no gráfico 9.

Tabela 7 - Conceitos que refletem a relação de colaboração na equipa

	Média	Açores Madeira	Norte	Centro	AML	Alentejo	Algarve
Amizade	3,97	3,67	4,00	3,91	4,13	3,92	3,85
Espaço de gestão de informação partilhada entre técnicos/as	3,89	3,60	3,88	3,87	4,04	3,95	3,50
Empatia	3,65	3,53	3,59	3,65	3,70	3,84	3,40
Proximidade	3,62	3,33	3,61	3,70	3,68	3,66	3,30
Sentido de pertença	3,78	3,47	3,75	3,80	3,87	4,00	3,30
Aceitação	4,23	3,87	4,24	4,22	4,28	4,24	4,35
Responsabilidade coletiva	3,98	3,80	4,00	4,01	4,10	4,05	3,40
Igualdade	4,25	4,00	4,24	4,24	4,36	4,24	4,20
Respeito mútuo	4,31	4,00	4,36	4,29	4,42	4,21	4,30
Espírito de equipa	4,28	4,07	4,22	4,33	4,38	4,18	4,20
Trabalho em parceria	4,27	4,00	4,24	4,27	4,33	4,37	4,20
Comunicação entre os elementos	2,90	2,53	2,90	3,03	2,78	3,05	2,70
Imparcialidade	4,19	3,93	4,19	4,19	4,28	4,18	4,10

Foi também objetivo apurar, face ao nível de experiência e conhecimento profissional numa CPCJ, a medida em que cada um dos conceitos apresentados refletem a relação de colaboração estabelecida entre sujeitos na mesma equipa, salvaguardando o superior interesse da criança. Assim, da análise efetuada às respostas a esta questão foram o respeito mútuo (4,31), o espírito de equipa (4,28) e a igualdade (4,25) os que foram identificados como sendo os conceitos que melhor identificam a relação de colaboração entre os sujeitos da mesma equipa. Salienta-se que a comunicação entre os membros apresenta apenas 2,90 em média podendo revelar ou a existência de conflitualidade ou tensão na equipa, ou não ser um conceito que mereça importância por parte dos membros.

De acordo com os dados por regiões, é a região da *Área Metropolitana de Lisboa* aquela em que estes 3 conceitos apresentam resultados acima da média nacional.

Tabela 8 - Perceção do próprio sobre a relação colaborativa

	Média	Açores Madeira	Norte	Centro	AML	Alentejo	Algarve
Cooperação	4,29	4,27	4,31	4,21	4,36	4,32	4,25
Direito e dever	4,14	4,20	4,22	3,99	4,29	4,26	3,80
Interesse	4,14	3,93	4,19	4,13	4,17	4,05	4,25
Responsabilidade	4,45	4,47	4,56	4,28	4,55	4,45	4,45
Consciencialização do problema	4,36	4,47	4,47	4,23	4,45	4,29	4,30
Participação ativa	4,25	4,33	4,27	4,12	4,35	4,37	4,20
Trabalho em equipa	4,34	4,53	4,31	4,28	4,39	4,37	4,30
Intervenção em rede	4,23	4,27	4,12	4,19	4,36	4,32	4,15
Espírito de missão	4,20	3,93	4,25	4,13	4,32	4,11	4,25
Características pessoais do outro	2,90	3,20	2,97	2,91	2,96	2,74	2,60
Motivação	4,21	4,00	4,32	4,20	4,33	4,05	3,95
Coesão da equipa	4,16	3,93	4,15	4,15	4,26	4,13	4,10
Relação de confiança	4,40	4,13	4,46	4,37	4,48	4,39	4,30
Mediação de conflitos na equipa	3,91	3,80	3,78	3,83	4,04	4,03	4,10

Ao analisarmos a questão em que o respondente identifica os conceitos que refletem melhor o seu modelo de intervenção enquanto modelo colaborativo, a responsabilidade assume especial importância (4,55), seguida da relação de confiança (4,40). As características pessoais do outro é o conceito que revela menor relevância (2,90) na relação colaborativa.

Ao ser solicitado junto dos respondentes a identificação dos conceitos que melhor refletem o modelo de intervenção é possível apurar que é na AML que a cooperação (4,36), a relação de confiança, (4,48), trabalho em equipa (4,39) intervenção em rede (4,32), responsabilidade (4,55), motivação (4,33), relação de confiança (4,48), apresentam índices mais elevados face às restantes zonas do país e regiões autónomas.

Tabela 9 – Dimensões influenciam a colaboração interinstitucional

	Média	Açores Madeira	Norte	Centro	AML	Alentejo	Algarve
Políticas públicas	3,46	3,53	3,56	3,29	3,61	3,32	3,60
Leis e diretrizes vigentes do contexto institucional das diferentes equipas em matéria de infância e juventude	3,60	3,47	3,69	3,53	3,77	3,34	3,65
Interprofissionalidade / multidisciplinaridade das equipas	3,62	3,27	3,54	3,72	3,77	3,39	3,55
Empowerment individual e organizacional com vista a uma maior capacidade de ultrapassar problemas	3,58	3,33	3,59	3,64	3,65	3,42	3,50
O aproveitamento de recursos institucionais que permite maior qualidade de resposta e eficiência, minimizando a duplicação de esforços e serviços, princípio da intervenção mínima	3,64	3,33	3,68	3,67	3,81	3,50	3,30
Criação de relações de confiança, a partilha de conhecimentos e de liderança	3,67	3,60	3,66	3,71	3,80	3,53	3,35

Na questão 18 solicitou-se aos respondentes que, tendo em conta a sua experiência e conhecimentos profissionais, identificassem as dimensões influenciam a colaboração interinstitucional (CPCJ/Tribunais e outras entidades com competência em matéria de infância e juventude) e tendo utilizada uma Escala de Likert que varia de nenhuma a total influência, foi identificada como relevante a *Criação de relações de confiança, partilha de conhecimentos e de liderança* que mais interferem na relação colaborativa interinstitucional (3,67) e *o aproveitamento de recursos institucionais que permite maior qualidade de resposta e eficiência, minimizando a duplicação de esforços e serviços, princípio da intervenção mínima* (3,64), sendo que estas duas variáveis adquirem maior relevância na *Área Metropolitana de Lisboa*.

Gráfico 3 – Existência de código de ética, conduta, e guia de princípios orientadores de intervenção

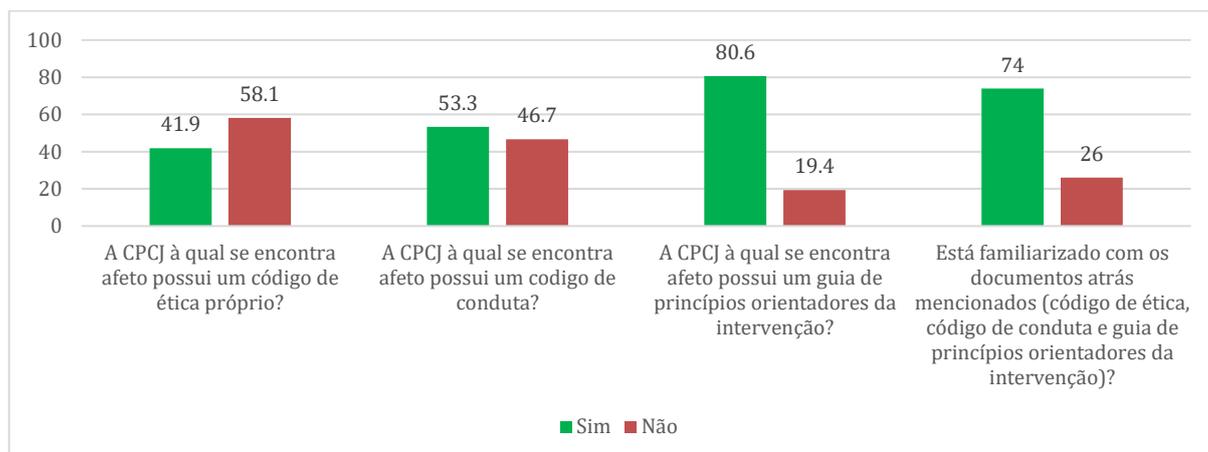
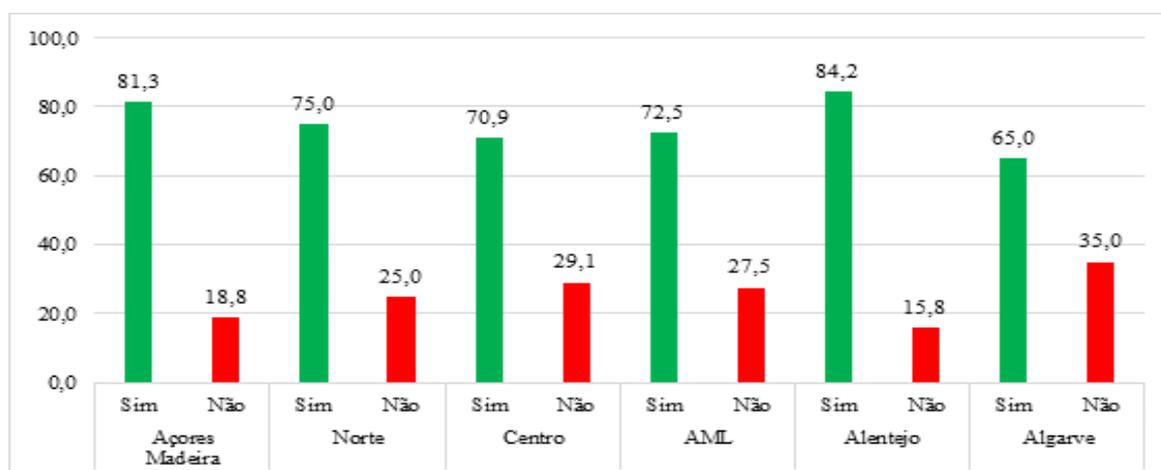


Gráfico 11 – Familiaridade com os documentos atrás mencionados (código de ética, código de conduta e guia de princípios orientadores da intervenção)



Foram ainda colocadas aos participantes neste estudo questões relativas ao código de ética, de conduta, bem como sobre o conhecimento de guia de princípios orientadores da intervenção bem como se estava familiarizado com os documentos atrás referidos, destacando-se a inexistência de código de ética (58,1%), tendo as outras questões uma taxa de respostas positivas de acordo com o gráfico 11.

Importa referir que ao desdobrarmos os resultados pelas áreas geográficas verifica-se que a região do Algarve (70%) afirma ter código de ética na sua CPCJ, conforme gráfico 12 do anexo 4. Toas as regiões possuem código de conduta (gráfico 13, anexo 4) e guia de princípios de intervenção (gráfico 14, anexo 4), por região e que em todas as CPCJ estão familiarizados com os referidos documentos conforme gráfico 10.

Na terceira parte do questionário, que incidiu sobre as questões da liderança, importava perceber como esta é percecionada enquanto modelo colaborativo bem como conhecer as características da liderança assumida pelo presidente de uma CPCJ.

Tabela 10 – Perceção do profissional sobre as características da liderança assumida pelo Presidente

	Média	Açores Madeira	Norte	Centro	AML	Alentejo	Algarve
Liderança burocrática	2,78	2,87	2,71	2,66	2,80	2,97	3,00
Liderança hierarquizada	2,76	3,13	2,54	2,74	2,75	2,79	3,10
Liderança colaborativa	4,34	4,33	4,49	4,33	4,28	4,18	4,55
Nenhuma Liderança	1,51	1,40	1,41	1,50	1,57	1,74	1,30

Perante os dados recolhidos, os respondentes afirmam que a liderança assumida nas CPCJ é colaborativa (4,34), sendo a região do *Algarve* (4,55) e a região *Norte* (4,49) aquelas em que essa liderança é efetivada e mais evidenciada.

Tabela 11 – Características da presidência numa lógica de liderança colaborativa nas CPCJ

	Média	Açores Madeira	Norte	Centro	AML	Alentejo	Algarve
É um par e não um superior hierárquico	4,23	4,47	4,37	4,14	4,03	4,34	4,50
Consegue inspirar o grupo a atingir um objetivo comum	4,32	4,67	4,41	4,22	4,32	4,18	4,55
Está convicto pelos seus valores e paixão pela causa e procura encontrar soluções para as necessidades (em vez de estar preocupado em gerir a carreira)	4,40	4,53	4,54	4,27	4,35	4,39	4,65
Serve de modelo para a construção de relações coesas e compensadoras prestando atenção ao lado humano da mudança	4,23	4,53	4,39	3,98	4,29	4,16	4,50
Cria um ambiente caracterizado por altos níveis de confiança e desenvolve uma cultura de aprendizagem e de melhoria	4,22	4,40	4,42	4,06	4,19	4,18	4,35
Promove uma boa gestão da equipa e mediação de conflitos	4,24	4,33	4,44	4,15	4,22	4,11	4,30
Ajuda a parceria a desenvolver um propósito coeso e mobilizador e a empenhar-se nele	4,28	4,40	4,41	4,22	4,26	4,05	4,55
Estimula uma cultura de empreendedorismo relativamente a ideias e inovações que beneficiem a aprendizagem coletiva e assegura que a voz de todos os membros seja participada na tomada de decisão	4,36	4,57	4,49	4,30	4,27	4,19	4,61
Promove o <i>empowerment</i> individual e institucional através da dinamização de várias ações preventivas	4,08	4,33	4,22	3,85	4,20	3,92	4,30

Na tabela 11 é elencado um conjunto de características de liderança colaborativa, sendo evidenciado pelos respondentes a característica *Está convicto pelos seus valores e paixão pela causa e procura encontrar soluções para as necessidades (em vez de estar preocupado em gerir a carreira)* aquela que apresenta o valor mais elevado (4,40). É na região do *Algarve* (4,65), na região *Norte* (4,54) e na região da *Madeira e dos Açores* (4,53) que são identificadas pelos respondentes esta característica, com valores acima da média.

Tabela 12 – Importância das dimensões (intrainstitucional) que se refletem no contexto de trabalho

	Média	Açores Madeira	Norte	Centro	AML	Alentejo	Algarve
Comunicação eficiente e eficaz entre todos os elementos	4,40	4,67	4,53	4,27	4,45	4,21	4,55
Coordenação	4,31	4,33	4,44	4,22	4,32	4,26	4,35
Espírito de equipa	4,42	4,40	4,59	4,36	4,43	4,32	4,35
Cooperação	4,44	4,40	4,51	4,40	4,49	4,32	4,55
Intervenção em rede	4,39	4,40	4,47	4,30	4,49	4,24	4,45
Objetivo comum	4,33	4,40	4,41	4,28	4,38	4,26	4,30
Empowerment organizacional / interorganizacional	4,11	4,20	4,24	3,98	4,20	4,00	4,15
Empatia	4,24	4,27	4,29	4,16	4,30	4,18	4,30
Parceria formal	3,90	4,07	3,88	3,78	4,03	3,76	4,20
Parceria informal	3,96	4,07	3,83	3,94	3,97	3,89	4,40
Análise crítica	4,26	4,40	4,39	4,10	4,39	4,08	4,40
Liderança	4,20	4,20	4,37	4,02	4,33	4,11	4,20

Considerando o modelo colaborativo utilizado na CPCJ, os respondentes mencionaram a *Cooperação* (4,44), o *Espírito de equipa* (4,42) *Comunicação eficiente e eficaz entre todos os elementos* (4,40) como as dimensões intrainstitucionais que se refletem no seu contexto de trabalho.

Quanto à última variável em estudo sobre a importância das dimensões intrainstitucionais que se refletem no contexto de trabalho por região e perante os dados recolhidos, os Açores/Madeira destacam-se com a *Comunicação eficiente e eficaz entre todos os elementos* (4,67), o Norte com o *Espírito de Equipa* (4,59), o Centro com a *Cooperação* (4,40), a AML com a *Cooperação e Intervenção em rede* (4,49), o Alentejo com o *Espírito de Equipa e Cooperação* (4,32), e o Algarve com a *Comunicação eficiente e eficaz entre todos os elementos e a Cooperação* (4,55); as características com mais relevância divergem entre regiões.

2. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os dados descritos no ponto anterior permitem-nos obter uma perceção sobre as diferentes dimensões que caracterizam a realidade vivenciada pelos comissários e ex-comissários sobre as diferentes CPCJ, numa dimensão nacional.

Apesar de não estar evidenciada a formação académica do Serviço Social na categorização dos respondentes, presumindo-se que esta área profissional ainda é pouco demonstrativa na constituição das equipas das CPCJ. Contudo é de todo pertinente o papel que, nas CPCJ, o/a assistente social assegura, uma vez que este garante a desejável interdisciplinaridade na apreciação e decisão dos casos, sendo um saber reconhecido como indispensável para o diagnóstico e acompanhamento das crianças e jovens em perigo. A perceção das necessidades e a definição de estratégias, prioridade e atitudes adotar quer na equipa que integra quer no acompanhamento são relevantes para o sucesso da intervenção. É importante não esquecer que a intervenção e a tomada de decisão na área da promoção e proteção de crianças e

jovens supõe abordagens interprofissionais e interdisciplinares que implicam a harmonização de critérios e visões muito distintos e diferenciadas por parte dos comissários/as.

Assumindo como clara a ideia de que numa CPCJ todos os membros têm igual responsabilidade e deveres, embora possam variar em função das competências cometidas a cada uma das suas modalidades de funcionamento (comissão restrita e comissão alargada). Todos os membros partilham o mesmo estatuto e todos concorrem para a missão das CPCJ, está-se perante uma entidade cuja forma de trabalho se aproxima muito da lógica de funcionamento e de uma opção clara pela ideia de responsabilidade partilhada, sendo referido no estudo a cooperação entre todos e numa lógica de governação integrada. O papel do presidente é muito específico e diferente de outras entidades públicas ou privadas e de serviços hierarquizados e burocráticos, sendo este considerado um líder gestor de relações e consensos, entre a comunidade, famílias e a equipa, nas diferentes instâncias e patamares de intervenção.

Pombo (2014:63) afirma:

(...) Que só haverá interdisciplinaridade se o profissional for capaz de partilhar o domínio do saber, se tiver a coragem necessária para abandonar o conforto da linguagem estritamente técnica e arriscar-se num domínio que é de todos e de que ninguém é proprietário exclusivo.

A interdisciplinaridade segue a linha do entendimento entre a cooperação, colaboração, participação, integração e globalidade das e entre as várias áreas do conhecimento científico, ao que afirma Ramos (2016:202). “(...) A interdisciplinaridade trata de relações não hierárquicas, com respeito pelo conhecimento do outro, pelo trabalho cooperativo, na integração de pessoas em um projeto comum (...)” e, ao analisarmos o modelo de funcionamento das CPCJ, se torna bastante presente nas práticas profissionais exercidas por todos os elementos que as constituem, aquando da tomada decisão e gestão do problema social complexo. Na prática interdisciplinar o/a profissional deve ter em mente de que não se encontra isolado/a de outras profissões e que para uma boa interação é sempre necessário saber definir e ser competente no seu campo de atuação, prática essa evidenciada no estudo, tendo-se revelado claro que a cooperação, a responsabilidade, a consciencialização do problema, trabalho em equipa, relação de confiança, as reuniões de equipa e o espírito de interajuda entre os técnicos são considerados como os momentos desta abordagem colaborativa e interdisciplinar.

O tipo de liderança assumida pelo presidente e que foi realçada neste estudo é colaborativa, constituindo-se “ (...) como a rede de pessoas em diferentes locais e a diferentes níveis no sistema criando um empenho partilhado e cooperação para ter um impacto significativo” (Goss 2015:1), qualidade só possível ser desenvolvida em equipa devido ao elevado grau de confiança entre os seus membros, colabora com a parceria a desenvolver um propósito coeso e mobilizador e a empenhar-se nele, estimulando simultaneamente uma cultura de empreendedorismo relativamente a ideias e inovações que beneficiem a aprendizagem coletiva e assegura que a participação de membros seja efetiva em que o fator facilitador das dinâmicas de trabalho e das interações na equipa e o desempenho profissional sejam indispensáveis no processo relacional (Simões, 2008). De forma a promover e a

intensificar a capacidade de resposta da CPCJ, é necessário que o fluxo de informação seja de qualidade, isto é, que a comunicação seja adequada e transversal a todos, situação que foi pelos respondentes considerada como uma premissa importante no contexto colaborativo.

Considerando que as especificidades locais de desenvolvimento de cada região e ao revelar-se que é na zona Norte do país que se identificam as práticas colaborativas quer ainda ao nível da perceção das lideranças colaborativas na AML em contexto da CPCJ, seria de todo pertinente identificar e compreender os fatores quer sejam eles culturais, sociais, económicos e políticos que promovem as abordagens colaborativas. Estes resultados contêm em si mesmo alguma contradição, porque ao identificar o líder como colaborativo na zona da AML, não acontece com as práticas colaborativas.

É ainda percecionado no estudo, que as CPCJ não possuem um código de ética, e tendo conhecimento que o trabalho desenvolvido nestas, não é simples e objetivo, uma vez que se lida com pessoas, com crianças/jovens em perigo e suas famílias, ou seja com problemas sociais complexos e de longa duração, tratando-se de situações que, por vezes, podem provocar problemas ou dilemas éticos aos membros da comissão restrita que trabalham com as mesmas, tal assegura Granja (2008:170), “o profissional convive com motivações, interesses, necessidades expectativas e lógicas de ação que podem completar-se ou confluir, sobrepor-se ou opor-se nas relações sociais presentes na intervenção.” É importante que o assistente social ao intervir (Carvalho, 2016:78) “paute a sua intervenção pelo valor e dignidade humana e pela capacidade de autodeterminação, independentemente da proveniência social e cultural”.

Citando Pena (2012:84)

“(…) existem um conjunto de características ao desempenho profissional: a) consciência de si e dos seus valores; b) consciência das experiências culturais; c) capacidade de analisar os seus sentimentos d) capacidade de servir como modelo e influenciar (...) f) forte sentido ético; g) responsabilidade.”

Contudo, o respeito pela pessoa humana nas suas diferenças culturais, o reconhecimento individual e citando Thompson (2009:128) “em que os indivíduos sejam tratados não só como ser humano, mas como um ser humano com as suas diferenças individuais”, com compromisso, responsabilidade, e que a intervenção do Serviço Social seja pautada pela confidencialidade, competência, respeito e integridade, como obrigação ética na intervenção.

Nos diferentes contextos vivenciais e profissionais, poderá afirmar-se que de acordo Dias (2004:84):

A questão ética assume um papel fundamental no desempenho da profissão (...) tendo a profissional consciência das suas responsabilidades éticas, não ignora que o profissionalismo é feito de comportamentos concretos, reais e humanos fundamentado na prática da ética apesar das dificuldades que possa encontrar.

Assumindo cada vez mais um papel e um compromisso fundamental na justiça e equidade das sociedades contemporâneas e no caso específico das CPCJ a garantia da efetividade dos direitos das crianças enquanto sujeito de direitos.

3. MODELO COLABORATIVO DE GOVERNAÇÃO INTEGRADA

Como refere Marques (2017), o modelo de governação integrada numa CPCJ deve ser visto com um sistema interativo, dinâmico e dependente de confiança. Esta surge como condição obrigatória para que o sistema funcione, situação que através de uma liderança colaborativa assumida pelo presidente de uma CPCJ poderá assumir-se como uma mais valia quer ao nível da cooperação entre todos nas dimensões culturais, organizacionais, emocionais, económicas na resolução dos problemas sociais complexos garantindo o superior interesse da criança, tendo sido evidenciado neste estudo que as lideranças colaborativas nas CPCJ, demonstrou a existência deste tipo de liderança.

A articulação e colaboração e a cooperação evidenciados no estudo entre os diferentes profissionais a visão interdisciplinar constitui uma premissa básica para que as respostas dadas às crianças, e suas famílias, tenham êxito, pelo que se constitui fundamental a utilização de critérios comuns, devendo partilhar conceitos básicos, que os ajudem a identificar situações de risco e perigo que possam comprometer o desenvolvimento integral, saudável e harmonioso das crianças.

Para a sua concretização apresenta alguns domínios e competências, destacando-se a comunicação interprofissional, focalização de objetivo de intervenção que neste caso se centra na criança e no jovem, clarificação de papéis profissionais, dinâmica de funcionamento em equipa, resolução de conflitos interprofissionais e liderança colaborativa, sendo esta último considerada um dos princípios que apoiam um modelo de prática de colaboração interprofissional.

Não obstante, para que se efetive o real objetivo de uma liderança colaborativa implica que todos os profissionais e, neste caso os Presidentes das CPCJ, sejam sensíveis às particularidades da complexidade questões quotidianas e exerçam a sua liderança de forma justa, compreensiva, valorizando e motivando a sua equipa, reconhecendo e lutando pelos direitos das crianças, sem descurar as obrigações e a participação de cada profissional, para a prestação de um serviço de qualidade, sempre “com enfoque cooperativo (Waldow, 2014:1152). Ou seja, numa liderança partilhada em todos os sentidos e dimensões, concebendo esta como um fenómeno coletivo, com todos os desafios e complexidade que isso implica. Segundo os dados apurados foi possível constatar que as CPCJ detêm uma matriz de liderança colaborativa, de modelo de intervenção em rede e com os princípios da governação integrada, em detrimento das lideranças hierarquizadas e burocráticas, fundamentando o exposto na revisão da literatura, considerando ainda que o presidente da CPCJ é considerado um gestor de relações (Fonseca, J. e Louro, T. 2015) e um empreendedor motivacional para que a sua equipa cumpra a sua missão no garantir o superior interesse da criança e do jovem ,quer ao nível da prevenção

quer ao nível da proteção. Tem a função essencial de promover a colaboração das instituições e pessoas, fazendo emergir o potencial e competências de cada um dos seus colaboradores, criando as condições propícias para a participação, sempre numa lógica de interdisciplinaridade e de conhecimento da importância das diferentes áreas disciplinares, de trabalho em equipa, de comunicação eficaz, responsabilidade, participação e de liderança colaborativa, estabelecendo uma relação de confiança entre todos como fatores de sucesso para este modelo de governação integrada. Cabe ainda ao Presidente, aquando da tomada de decisão na gestão do problema social complexo, sendo nas reuniões de equipa o local por excelência desta tomada de decisão, estimular o espírito de interajuda das equipas, assumindo um papel preponderante na aceitação e motivação da importância de todas as áreas disciplinares na tomada de decisão face ao problema social complexo. Contudo, embora a perceção seja esta, existe uma liderança interna que acaba por diluir esta premissa.

No caso das CPCJ e para se garantir o superior interesse da criança importa ter presente este modelo de governação integrada e com uma intervenção em rede, apelando à colaboração, cuja intervenção requer uma abordagem assente em direitos, envolvendo ativamente todos os intervenientes em co – parceria e uma ativa atuação interdisciplinar e interinstitucional, especializados na matéria, de modo a garantir a dignidade humana e a garantia efetiva dos direitos humanos, o desenvolvimento global da criança nos níveis da sua integridade psicológica, física, moral e espiritual por forma a minimizar o impacto social e psicológico negativo decorrente das consequências traumáticas vivenciadas pelas crianças/jovens, nos diferentes contextos em que vive.

A governação integrada ou sistémica em contexto de CPCJ, assevera sobre a importância das parcerias institucionais e comunitárias como um instrumento essencial na promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens em risco e em perigo, apresentando, contudo, enormes desafios para a sua materialização, designadamente relacionados com o domínio de uma cultura organizacional burocrática e hierárquica.

CONCLUSÕES

Importa tecer algumas conclusões do estudo referindo de antemão que a prática interprofissional colaborativa em contexto da CPCJ será sempre considerada como um processo para a tomada de decisão e de comunicação, que permite o conhecimento individual, participado e partilhado em que as competências de todos os profissionais que as integram influenciam de forma sinérgica o garantir o superior interesse da criança, no acesso à definição de um plano/projeto de vida para as crianças e jovens e que esta é realizada em sede de reuniões de equipa e que o espírito de equipa fomentado pela liderança colaborativa promove coesão e a definição de objetivos comuns dos membros em prol do superior interesse da criança enquanto sujeito de direitos.

Tratando-se de um estudo exploratório, não tem o propósito de se fazer uma generalização dos resultados obtidos, mas importa, neste momento, responder à pergunta de partida e aos objetivos desta investigação, existem diferentes formas de ver o trabalho nas CPCJ, nem sempre numa visão de parceria participativa em prol de objetivos comuns, superiores aos interesses de cada entidade que integra as comissões. Salienta-se que, por vezes, um deficitário diálogo dentro dos parceiros das CPCJ e destas com a comunidade, pode dificultar os resultados a alcançar, bem como prejudicar o trabalho realizado. Os tempos exigentes que se vivem têm tido implicações igualmente nas instituições que, cada vez mais, se podem fechar em si próprias, dificultando as sinergias e a rentabilização e/ou partilha dos recursos existentes. Assim, pode assumir maior relevância o paradigma da competição em detrimento da desejável colaboração, que se relaciona com o exercício do poder e o medo da sua perda.

Neste sentido, há que reconhecer alguns limites do estudo, próprios de uma inexistência de observação participante não empreendida, o reconhecimento de alguns fenómenos que se fez na presença do investigador; e a dificuldade de observação de práticas e contextos presentes no quotidiano do trabalho interprofissional. A incorporação de instrumentos metodológicos mais adequados à aproximação com os fenómenos presentes nas práticas profissionais desenvolvidas em ambientes dinâmicos, quanto a dimensões não mensuráveis presentes nas relações interpessoais entre profissionais e famílias. A prática colaborativa implica o reconhecimento da interdependência entre os profissionais, entendida como um desejo comum de resolver as necessidades da criança e como forma de fazer emergir a sinergia entre aportes antes tidos como individualizados.

Os elementos associados às práticas e abordagens colaborativas e à ação interprofissional no sistema de promoção e proteção em especial em contexto de CPCJ envolvem aspetos que, para serem bem compreendidos, precisam ser abordados ainda numa perspetiva qualitativa e de observação participante, conceitos presentes no quotidiano do trabalho em equipa no caso das CPCJ trazem subtilezas que dada a sua complexidade, exigem um aprofundamento por parte do investigador, como estratégia metodológica destinada a abordar e compreender as realidades sociais, uma vez que as investigações quantitativas não são capazes de resolver ou responder a todos os problemas sociais, mas,

permitem, diante do atendimento ao rigor metodológico, o acesso e divulgação de valiosas informações sobre os sujeitos. Mas, mesmo cumprindo as exigências no controle investigativo, os resultados não se transferirão para outras situações sociais (Richardson, 2011).

Para Ferreira (2011:101) “A investigação qualitativa como perspectiva subjetiva, de reconstrução social da realidade, constitui uma via fecunda de aproximação ao conhecimento, descoberta e revalorização dos sujeitos histórico-sociais com os quais se constrói a prática profissional do Serviço Social. Desta forma, Amaro (2006:161-162) afirma “é usada para explorar o comportamento, as perspectivas e as experiências das pessoas, cuja ideia é corroborada por Ferreira (2011:111) ao afirmar que a:

(...) na prática profissional do/a assistente social a indução assume particular impacto na caracterização do modelo predominante da investigação em Serviço Social, ou seja, a investigação qualitativa. A que dá Voz aos sujeitos (dimensão de direitos Humanos). A investigação como fonte de conhecimento deve ter a capacidade de informar a prática profissional, produzindo compreensões e interpretações que atuem como chave para intervir na complexidade da dinâmica da realidade social.

Só assim se poderá garantir um exercício pleno de cidadania no quadro dos direitos Humanos, em especial das crianças e jovens em risco/perigo, assegurando e garantindo o exposto na Convenção dos Direitos das Crianças.

No presente estudo constatou-se que existe um elevado número de profissionais que desconhece a existência de um código de ética presente nas CPCJ, pelo que seria de todo importante e pertinente que esta temática também fosse abordada em futuras investigações, uma vez que esta reflexão iria constituir-se como uma condição essencial para a afirmação do trabalho interprofissional e na lógica colaborativa, num postura crítica e reflexiva de modo a empoderar as organizações/instituições e a consciencializar e legitimar todos para verdadeira missão das CPCJ, pois todos os que trabalham no Sistema de Promoção e Proteção estão sujeitos a princípios e valores gerais, emancipatórios e emocionais identitários das referidas profissões.

O estudo evidenciou que os fatores motivacionais impedem uma ação colaborativa na intervenção dos técnicos, pelo que importa apurar e tomar conhecimento sobre os fatores motivacionais que obstruem por vezes as sinergias que possam interferir no garantir do superior interesse da criança enquanto sujeito de direitos.

A dimensão das emoções não pode ser ignorada no exercício da presidência e de os colaboradores ao serviço numa CPCJ, pois o quociente emocional é determinante para o desenvolvimento pessoal e profissional, pelo que seria pertinente uma perspectiva futura de investigação sobre a dimensão emocional em contexto de CPCJ, pois estes estão expostos a situações adversas geradoras de stress/de forte impacto emocional, que podem ao longo do tempo, afetar a sua saúde mental, pois a exposição ao sofrimento e trauma de outras pessoas pode originar uma traumatização secundária resultante do trabalho intenso com as crianças, jovens e famílias que passam por situações traumáticas.

Seria também importante promover a disseminação e publicação de todos os estudos científicos no âmbito do Sistema de Promoção e Proteção por forma a consciencializar para uma mudança no quadro legislativo e de envolvimento em especial da comunidade para uma efetiva divulgação dos direitos das crianças e jovens, bem como fosse mais explícito o processo de seleção dos membros que constituem as CPCJ, devendo ser a área profissional do Serviço Social, devidamente valorizada no seio da constituição das CPCJ.

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, N. T. S. de (2017). *A confidencialidade na prática profissional d@ assistente social: Do princípio à operacionalização* [Dissertação de mestrado, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/15126>
- [Alreck, P. L., & Settle, R. B.](#) (1995). *Survey research handbook*. Irwin.
- Alves, J. (2012). *Parceiros em rede: Estratégias territorializadas para o desenvolvimento local nas áreas do emprego e formação*. Fronteira do Caos.
- Amaro, F. (2006). Métodos e técnicas de investigação qualitativa. Em M. M. Martins (Org). *Comunicação e marketing político, contributos pedagógicos* (Vol. 1, pp. 161-176). Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa
- Amaro, I. (2009). Identidade, incertezas e tarefas do Serviço Social contemporâneo. *Locus Soci@*, (2), 29-114.
- Amaro, I. (2015). Urgências e emergências do serviço social: Fundamentos da profissão na contemporaneidade. Universidade Católica.
- Ansell, C. & Gash, A. (2008). Collaborative governance in theory and practice. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 18(4), 543-571.
- Banks, S. (2004). *Ethics, accountability and the social professions*. Palgrave Macmillan.
- Bicalho, L. M., & Oliveira, M. (2011). Aspetos conceituais da multidisciplinaridade e da interdisciplinaridade e a pesquisa em ciência da informação. *Revista eletrónica da Biblioteconomia e Ciência da Informação*, 13(32), 1-26. <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2011v13n32p1>
- Bogdanor, V., & Hood, C. (2008). *Joined-up government*. Oxford University Press for the British Academy.
- Carmo, H. (1995). *Avaliação em intervenção comunitária* (Vol. 2). Instituto Superior das Ciências Sociais e Políticas.
- Carmo, H. (2007). *Desenvolvimento comunitário* (2ª ed.). Universidade Aberta.
- Carmo, H. (2008). *Intervenção social com grupos* (2ª Ed.). Universidade Aberta.
- Carvalho, M. I. (2016). *Ética aplicada ao serviço social: Dilemas e prática profissionais*. Factor.
- Carvalho, M. J. L. (2012). Infância “em perigo”, infância “perigosa”: As crianças como sujeitos e objectos de delinquência e crime nas notícias. *Comunicação & Cultura*, (14), 191-206.
- Castells, M. (2003). *O poder da identidade, a era da informação, economia, sociedade e cultura* (Vol. II). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castro, R. (2007-2008). Ética profissional e interdisciplinariedade: partilha de informação e confidencialidade em sede de equipas disciplinares. *Gestão e Desenvolvimento*, (15-16), 87-103.
- CICH - Canadian Interprofessional Health Collaborative (2010). *A National interprofessional competence framework*. http://www.cihc.ca/files/CIHC_IPCompetencies_Feb1210.pdf
- Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPDJ) (2020). *Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ: 2019*. Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção

das Crianças e Jovens (CNPDP CJ).
<file:///C:/Users/tmfs/Downloads/Relat%C3%B3rio%20Anual%20de%20avalia%C3%A7%C3%A3o%20da%20atividade%20as%20CPCJ%20do%20ano%20de%202019.pdf>

- Condesso, C., & Condesso, F. (2014). A proteção das crianças e jovens em perigo no direito contemporâneo. *Jurismat: Revista Jurídica*, (4), 35-77. <http://hdl.handle.net/10437/6380>
- Dias, M. O. (2004). Reflexões sobre a ética no quotidiano da profissão. *Revista Gestão e Desenvolvimento*, (12), 81-87.
- Domingues, I. (2005). Em busca do método. Em: Conhecimento e transdisciplinaridade II: Aspectos metodológicos (17-40). UFMG.
- Ely, F. (2003). Serviço social e interdisciplinaridade. *Katálisis*, 6(1), 13-17.
- Emerson, K., Nabatchi, T., & Balogh, S. (2011). An integrative framework for collaborative governance. *Journal of Public Administration Research and Theory*, (22)1, 1–29. <https://doi.org/10.1093/jopart/mur011>
- Escobar, L. (2004). O sexo das profissões: Género e identidade socioprofissional em enfermagem. Edições Afrontamento
- Esgaio, A. (2010). *A economia social e solidária e os serviços de proximidade em Portugal: A constituição de redes locais de responsabilidade social: O caso de Oeiras* [Dissertação de mestrado]. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Ferreira, F. M. (Ed.). (2010). *Pobreza e assistência no espaço ibérico (séculos XVI-XX)*. CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória». <http://id.bnportugal.gov.pt/bib/bibnacional/1793282>
- Ferreira, J. (2011a). Serviço social e modelos de bem-estar para infância: Modus operandi do assistente social na promoção e proteção à criança e à família. *Quid Juris*.
- Ferreira, J. M. L. (2009). Serviço Social e modelos de bem-estar para a infância: Modus operandi do assistente social na promoção da proteção à criança e à família [Tese de doutoramento, ISCTE-IUL]. Repositório ISCTE-IUL. <http://hdl.handle.net/10071/3590>
- Ferreira, J. M. L. (2010). Ferramentas/Instrumentos para práticas intergeracionais em diferentes contextos sociais, Lusíada. *Intervenção Social*, (36), Lisboa,13-25
- Ferreira, J. M. L. (2011). A investigação em serviço social: Modelos para a compreensão da realidade. *Intervenção Social*, (38), 99-113.
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa* (3ª Ed.). Artmed.
- Flyvbjerg, B. (2001). *Making social science matter: Why social inquiry fails and how it can succeed again*. Cambridge University Press.
- Follari, R. A. (1995). Algumas considerações práticas sobre interdisciplinaridade. Em L. Bianchetti, & A. Jantsch (Orgs.), *Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito*. Vozes.
- Follari, R. A. (2011). Interdisciplina e dialética sobre o mal-entendido. Em L. Bianchetti, & A. Jantsch (Orgs.), *Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito* (9.ª Ed.). Vozes.

- Fonseca, J., & Louro, T. (2015), Comissão de proteção de crianças e jovens. Em R. Marques, & D. Ferraz (Eds.), *Governança integrada e administração pública*. INA Editora. 135-146
- Fortin, M.-F. (2003). *O processo de investigação: Da conceção à realização* (3.ª Ed.). Lusociência.
- Fortin, M.-F. (2009). *O processo de Investigação: Da conceção à realização* (5.ª Ed.). Ed. Lusociência
- Goss, S. (2015), *Systems leadership: A view from the bridge*. Office for Public Management (OPM).
- Granja, B. (2008). *Assistente social: Identidade e saber* [Tese de Doutoramento, Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <http://hdl.handle.net/10216/7188>
- Gray, B. (1989). *Collaborating: Finding common ground for multiparty problems*. Jossey-Bass Publishers.
- Guadalupe, S. (2009). *Intervenção social em rede: Serviço social, sistémica e redes de suporte social*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Guadalupe, S. (2010). *Intervenção em rede: Serviço social, sistémica e redes de suporte social* (2.ª Ed.). Imprensa da Universidade de Coimbra
- Himmelman, A. T. (2001). On coalitions and the transformation of power relations: collaborative betterment and collaborative empowerment. *American Journal of Community Psychology*, 29(2), 277-84. <https://doi.org/10.1023/A:1010334831330>
- Hodges, S., Hernandez, M., & Nesman, T. A. T. (2003). On a developmental framework for collaboration child-serving agencies. *Journal of Child and Family Studies*, (12), 291- 305.
- Hood, R. (2018). *Complexity in Social Work*. Sage Publications.
- Hurley, T. (2011). *Collaborative leadership: Engaging collective intelligence to achieve results across organizational boundaries*. <http://one2grow.net/wp-content/uploads/2015/08/OL-Collaborative-Leadership.pdf>
- Iamamoto, M. (2004). *Renovação e conservadorismo no serviço social: Ensaios críticos*. Cortez.
- Mangini, F. N. da R., & Mioto, R. C. T. (2009). A interdisciplinaridade na sua interface com o mundo do trabalho, *Katálysis*, (12)2, 207-215.
- Marques, Rui M. P. (2017). *Problemas sociais complexos e governança integrada*. [Tese de Doutoramento, Lisbon School of Economics & Management, Universidade de Lisboa]. Repositório ULisboa. <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/14120/1/TD-RMPM-2017.pdf>
- Martins, E. C. (2018). Representação social da “Outra Infância” portuguesa (séc. XIX-XX): Atendimento assistencial e (re) educativo). *Revista da Educação PUC-Campinas*, (23), 251-172.
- Nogueira, V. M. R. (1998). A importância da equipa interdisciplinar no tratamento de qualidade na área da saúde, *katálysis*, (3), pp.40-48. <https://doi.org/10.1590/%25x>
- Orrico, E. G. D. (2006, 19 a 22 novembro). *As metáforas na interdisciplinaridade: Uma proposta possível?* [Apresentação de comunicação]. 7º Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, Marília/SP, Brasil. <http://hdl.handle.net/123456789/1237>
- Payne, M. (2002). *Teoria do trabalho social moderno*. Lisboa Quarteto

- Pena, M. J. (2012). *Relação profissional: utopia ou realidade* [Tese de doutoramento, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/6348>
- Pérez, P. A. (2019). [Aula de Fundamentos de Serviço Social na Contemporaneidade, Mestrado de Serviço Social - 2019/2020]. Iscte – Instituto Universitário de Lisboa.
- Pombo, O. (2004). *Interdisciplinaridade: Ambições e limites*. Relógio D'Água Editores.
- Pombo, O. (2005). Interdisciplinaridade e integração dos saberes. *Liinc em Revista*,(1)1, 3-15. <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3082/2778>
- Pombo, O. (2014). Epistemologia da interdisciplinaridade. Em C. Pimenta (Coord.), *Interdisciplinaridade, humanismo universidade*, Campo das Letras, pp. 93-124.
- Prodanov, C. C., & Freiras, E. C. (2013). *Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho académico* (3.ª Ed.). Universidade Feevale. <https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>
- Quivy, R., & Campenhoudt, L.V. (2005). *Manual de investigação em ciências sociais*. Gradiva.
- Ramos, L. O. L. (2016). O lugar da interdisciplinaridade na educação superior: uma análise dos projetos pedagógicos dos cursos de bacharelado interdisciplinar da UFBA [Tese de doutoramento, Universidade Federal da Bahia]. Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia. <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/19621>
- Richardson, R. J. (2011). *Pesquisa social: Métodos e técnicas* (3.ª Ed.). Atlas.
- Robertis, C. de (2011). *Metodologias da intervenção em trabalho social*. Porto Editora.
- Rocha, H. (2016). *Serviço social e ambiente: A sustentabilidade ecológica das comunidades socialmente vulneráveis* [Tese de doutoramento, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/11964>
- Rodrigues, M. de L. (2012). *Profissões, lições e ensaios*. Almedina
- Senge, P. (1990). *La quinta disciplina*. Granica.
- Simões, E. (2008). *Negociações nas organizações: Contextos sociais e processos psicológicos*. Editora RH
- Thompson, N. (2009). *Understanding social work*. Palgrave.
- Torres, A. (2008). *Estudo de diagnóstico e avaliação das comissões de proteção de crianças e jovens* [Relatório Final]. Centro de Investigação e Estudos de Sociologia - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Vasconcelos, E. M. (2009). *Complexidade e pesquisa interdisciplinar: Epistemologia e metodologia operativa* (4.ª Ed.). Editora Vozes,
- Vasconcelos, E. M. (2010). *Serviço Social e saúde mental: O desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade* (5.ª Ed.). Cortez Editora.
- Vilelas, J. (2020). *Investigação: O processo de construção do conhecimento* (3.ª Ed.). Edições Sílabo.

- Wachelke, J., Natividade, J., Andrade, A. de, Wolter, R., & Camargo, B. (2014). Caracterização e Avaliação de um Procedimento de Coleta de Dados Online (CORP). *Avaliação Psicológica*, 13(1), 143-146. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712014000100017&lng=pt&tlng=pt.
- Waldow, V. R. (2014). Cuidado colaborativo em instituições de saúde: A enfermeira como integradora. *Texto & Contexto Enfermagem*, (23)4, 1145-1152. <https://doi.org/10.1590/0104-07072014001840013>
- Walker, A. (2006). Child protection and interagency collaboration. *Policy Quarterly*, 2(4), 29-38.
- Wilson, K. (2008). *Social work: An introduction to contemporary practice*. Pearson Educacion.

FONTES

1.ª Lei de Proteção da Infância de 27 de maio de 1911, publicada no Diário do Governo n.º 137 de 14 de junho de 1911

Convenção sobre os Direitos da Criança de 20 de Novembro de 1989, 2004, Edição do Instituto da Segurança Social,

Lei 147/99, de 1 de Setembro com as alterações introduzidas pela Lei n.º31/2003, de 22 de Agosto, pela lei n.º 142/2015, de 8 de Setembro e pela Lei n.º23/217 de 23 de Maio

Unesco (1994). Carta da Transdisciplinaridade. <https://document.onl/documents/carta-da-transdisciplinaridadeunesco1994.html>

ANEXOS

Anexo 1 – Questionário

Abordagem Colaborativa em Contexto de Comissões de Proteção de Crianças e Jovens

O presente estudo surge no âmbito de uma dissertação de mestrado a decorrer no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Este estudo incide sobre abordagem colaborativa em Contexto de Comissões de Proteção de Crianças e Jovens e tem como objetivo geral compreender o modelo de abordagem colaborativa em contexto de Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. Como é consubstanciada esta abordagem colaborativa reportando-se à relação entre profissionais com diferentes formações académicas, a relação destas equipas com as equipas com competência em matéria de infância e juventude e os tribunais tendo subjacente o superior interesse da criança.

O estudo é realizado por Isabel Antas (isabel_da_antas@iscte-iul.pt) e orientado pela Prof. Dr.ª Helena Belchior Rocha, com o seguinte email: helena_rocha@iscte-iul.pt e/ou isabel.r.antas@gmail.com, que poderá contactar caso deseje colocar uma dúvida ou partilhar algum comentário.

A sua participação será muito valorizada, pois irá contribuir para o avanço do conhecimento neste domínio e consiste no preenchimento de um inquérito por questionário on-line, cujo tempo médio é de 10 minutos. Não existem riscos significativos expectáveis associados à participação neste estudo. A participação neste estudo é estritamente voluntária: pode escolher participar ou não participar. Se escolher participar, pode interromper a participação em qualquer momento sem ter de prestar qualquer justificação. Para além de voluntária, a participação é anónima e confidencial. Os dados obtidos destinam-se apenas a tratamento estatístico e nenhuma resposta será analisada ou reportada individualmente. Em nenhum momento do estudo precisa de se identificar.

Agradecemos desde já a sua participação!

**Obrigatório*

1. Consinto livre e voluntariamente que as minhas respostas a este questionário possam ser utilizadas em textos científicos, sendo assegurado que os dados recolhidos permanecerão estritamente confidenciais. *

Marcar apenas uma oval.

SIM

NÃO

PARTE I - CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA

2. 1. Região /NUTS *

Marcar apenas uma oval.

- Açores/Madeira
- Norte
- Centro
- Área Metropolitana de Lisboa
- Alentejo
- Algarve

3. 2. Género *

Marcar apenas uma oval.

- Feminino
- Masculino
- Outro

4. 3. Idade *

Marcar apenas uma oval.

- 20-30
- 31-40
- 41-50
- 51-60
- + de 61

5. 4. Indique qual o seu grau de formação académica *

6. 5. Indique qual a entidade/instituição que representa na CPCJ *

Marcar apenas uma oval.

- Segurança Social
- Município
- Educação
- Saúde
- Assembleia Municipal
- Autoridades Policiais
- Instituto do Emprego e Formação Profissional
- IPSS's
- Outro

7. 6. Há quanto tempo exerce a sua atividade profissional numa Comissão de Proteção de Crianças e Jovens? *

Marcar apenas uma oval.

- 0-2 anos
- 2-4 anos
- 4-6 anos
- 6-8 anos
- + de 8 anos

8. 7. Indique em que modalidade integra a CPCJ? *

Marcar apenas uma oval.

- Comissão Alargada
- Comissão Restrita

9. 8. Enquanto membro da CPCJ considera que a sua participação é sujeito interventor de ação colaborativa? Justifique. *

Parte II – Práticas de Intervenção e de articulação entre profissionais e entidades na gestão do problema social complexo (processo de promoção e proteção da criança e jovem em situação de risco/perigo)

10. 9. Na sua experiência profissional na CPCJ, em que medida é que cada uma das seguintes afirmações reflete e /ou influencia a sua prática face ao sujeito de intervenção (criança/ jovem em situação de perigo): Classifique cada questão de acordo com a sua prática em que 1- não reflete e 5 – reflete totalmente *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Não reflete	Reflete pouco	Reflete	Reflete muito	Reflete totalmente
Reuniões de equipa	<input type="radio"/>				
Relações de amizade entre os técnicos	<input type="radio"/>				
Momentos de partilha informal	<input type="radio"/>				
Espírito de interajuda entre técnicos	<input type="radio"/>				
Escolho a articular só com técnicos da mesma área profissional/Saber académico	<input type="radio"/>				
Escolho articular a intervenção de acordo com o perfil do técnico com quem melhor me relaciono	<input type="radio"/>				
Defino um plano de intervenção com todos os técnicos que intervêm na resolução do problema, escolhendo aquele que melhor se adequa à solução do problema	<input type="radio"/>				
Defino um plano de intervenção com todos os técnicos que intervêm na resolução do problema, independentemente da sua formação académica, mas aquele que melhor poderá responder à solução do problema	<input type="radio"/>				
O conhecimento académico influencia a minha escolha na articulação com os outros profissionais	<input type="radio"/>				
O conhecimento/experiência	<input type="radio"/>				

profissional de outros profissionais, pode influenciar a minha decisão na definição de um projeto de vida para a criança e/ou jovem em análise

11. 10. No processo de intervenção com a criança/jovem como demarca a sua intervenção face aos princípios éticos da sua formação académica. Identifique de 1 a 5 (1-Não reflete e 5-reflete totalmente) a sua ação/intervenção: *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Não reflete	Reflete pouco	Reflete	Reflete muito	Reflete totalmente
Confidencialidade	<input type="radio"/>				
Autodeterminação	<input type="radio"/>				
Paternalismo	<input type="radio"/>				
Divisão de lealdade	<input type="radio"/>				
Fronteiras profissionais	<input type="radio"/>				
Conflito de valores e questões deontológicas	<input type="radio"/>				

12. 11. No âmbito de implementação de políticas públicas e programas de bem-estar social identifique, no caso concreto na sua CPCJ, qual das afirmações que limitam a ação colaborativa na sua ação/intervenção. Identifique de 1 a 5 (1-Não reflete e 5-reflete totalmente) a sua ação/intervenção: *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Não reflete	Reflete pouco	Reflete	Reflete muito	Reflete totalmente
Gestão dos recursos (humanos, logísticos e financeiros)	<input type="radio"/>				
Desigualdade de afetação da cada entidade representante	<input type="radio"/>				
Fatores motivacionais das entidades representadas	<input type="radio"/>				
Com a Lei e com diretrizes do governo/ instituição para que trabalha	<input type="radio"/>				

13. 12. Na relação profissional entre colegas identifique a sua ação colaborativa: de 1 a 5 (1-Não reflete e 5-reflete totalmente). *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Não reflete	Reflete pouco	Reflete	Reflete muito	Reflete totalmente
Cooperação no trabalho em equipa	<input type="radio"/>				
Colaboração interprofissional	<input type="radio"/>				
Colaboração interinstitucional	<input type="radio"/>				
Dificuldades no trabalho em equipa	<input type="radio"/>				
Dificuldades em aceitar opiniões divergentes	<input type="radio"/>				
Conceção profissional de modelos de intervenção sistémica e holística na resolução dos problemas sociais complexos (crianças e jovens em risco/perigo)	<input type="radio"/>				
Considero existir capacidade de denunciar más práticas éticas dentro da minha CPCJ	<input type="radio"/>				

14. 13. Considera que a afirmação “as CPCJ funcionam com os profissionais de diferentes áreas e saberes académicos e sob o lema da responsabilização e da colaboração com a comunidade”, traduz o paradigma e a missão das CPCJ. *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo totalmente
- Discordo
- Nem concordo nem discordo
- Concordo
- Concordo totalmente

15. 14. Considera que os diferentes tipos de conhecimento podem influenciar a relação com o sujeito com vista a salvaguardar o superior interesse da criança (1-Discordo a 5-concordo totalmente). *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Discordo totalmente	Discordo	Nem concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
Conhecimento profissional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Conhecimento académico	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Conhecimento pessoal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

16. 15. No modelo estabelecido na relação com o sujeito de intervenção (técnicos/crianças/famílias/comunidade) “só haverá interdisciplinaridade se o profissional for capaz de partilhar o domínio do saber, se tiver a coragem necessária para abandonar o conforto da linguagem estritamente técnica e arriscar-se num domínio que é de todos e de que ninguém é proprietário exclusivo”. *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo
- Concordo pouco
- Concordo
- Concordo bastante
- Concordo totalmente

17. 16. Dada a sua experiência e conhecimento profissional numa CPCJ, em que medida é que cada um dos seguintes conceitos refletem a relação de colaboração estabelecida entre sujeitos na mesma equipa, salvaguarda o superior interesse da criança? (1-Não reflete e 5-reflete totalmente) *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Não reflete	Reflete pouco	Reflete	Reflete muito	Reflete totalmente
Amizade	<input type="radio"/>				
Espaço de gestão de informação partilhada entre técnicos/as	<input type="radio"/>				
Empatia	<input type="radio"/>				
Proximidade	<input type="radio"/>				
Sentido de pertença	<input type="radio"/>				
Aceitação	<input type="radio"/>				
Responsabilidade coletiva	<input type="radio"/>				
Igualdade	<input type="radio"/>				
Respeito mútuo	<input type="radio"/>				
Espírito de equipa	<input type="radio"/>				
Trabalho em parceria	<input type="radio"/>				
Comunicação entre os elementos	<input type="radio"/>				
Imparcialidade	<input type="radio"/>				

18. 17. Na sua percepção identifique os conceitos que melhor refletem o seu modelo de intervenção (1-Não reflete e 5-reflete totalmente): *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Não reflete	Reflete pouco	Reflete	Reflete bastante	Reflete totalmente
Cooperação	<input type="radio"/>				
Direito e dever	<input type="radio"/>				
Interesse	<input type="radio"/>				
Responsabilidade	<input type="radio"/>				
Conscientização do problema	<input type="radio"/>				
Participação ativa	<input type="radio"/>				
Trabalho em equipa	<input type="radio"/>				
Intervenção em rede	<input type="radio"/>				
Espírito de missão	<input type="radio"/>				
Características pessoais do outro	<input type="radio"/>				
Motivação	<input type="radio"/>				
Coesão da Equipa	<input type="radio"/>				
Relação de confiança	<input type="radio"/>				
Mediação de conflitos na equipa	<input type="radio"/>				

19. 18. Dada a sua experiência e conhecimentos profissionais que dimensões influenciam a colaboração interinstitucional (CPCJ's/Tribunais e outras entidades com competência em matéria de infância e juventude) (1-nenhuma influência a 5 – total influência): *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Nenhuma influência	Pouca influência	Alguma influência	Bastante influência	Total influência
Políticas públicas	<input type="radio"/>				
Leis e diretrizes vigentes do contexto institucional das diferentes equipas em matéria de infância e juventude	<input type="radio"/>				
Interprofissionalidade/multidisciplinaridade das equipas	<input type="radio"/>				
Empowerment individual e organizacional com vista a uma maior capacidade de ultrapassar problemas	<input type="radio"/>				
O aproveitamento de recursos institucionais que permite maior qualidade de resposta e eficiência, minimizando a duplicação de esforços e serviços, princípio da intervenção mínima	<input type="radio"/>				
Criação de relações de confiança, a partilha de conhecimentos e de liderança	<input type="radio"/>				

20. 19. A CPCJ à qual se encontra afeto possui um código de ética próprio? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

21. 19.1. A CPCJ à qual se encontra afeto possui um código de conduta? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

22. 19.2. A CPCJ à qual se encontra afeto possui um guia de princípios orientadores da intervenção? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

23. 19.3. Está familiarizado com os documentos atrás mencionados (código de ética, código de conduta e guia de princípios orientadores da intervenção)? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

Parte III- A liderança como modelo colaborativo numa CPCJ

24. 20. Uma vez que as “Comissões de proteção de Crianças e Jovens são a expressão profundamente democrática da representação da comunidade local no cumprimento da irrecusável responsabilidade dessa comunidade pelas suas crianças”, (Leandro, A. 2015) a liderança assumida pelo Presidente, na sua opinião apresenta as seguintes características:(1-Discordo totalmente a 5-concordo totalmente) *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Discordo totalmente	Discordo	Nem concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
Liderança burocrática	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Liderança hierarquizada	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Liderança colaborativa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Nenhuma Liderança	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

25. 21. Numa lógica de liderança colaborativa nas CPCJ, a presidência apresenta as seguintes características: (1-Discordo totalmente a 5-concordo totalmente) *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Discordo totalmente	Discordo	Nem concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
É um par e não um superior hierárquico	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Consegue inspirar o grupo a atingir um objetivo comum	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Está convicto pelos seus valores e paixão pela causa e procura encontrar soluções para as necessidades (em vez de estar preocupado em gerir a carreira)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Serve de modelo para a construção de relações coesas e compensadoras prestando atenção ao lado humano da mudança	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Cria um ambiente caracterizado por altos níveis de confiança e desenvolve uma cultura de aprendizagem e de melhoria	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Promove uma boa gestão da equipa e mediação de conflitos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ajuda a parceria a desenvolver um propósito coeso e mobilizador e a empenhar-se nele	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Estimula uma cultura de empreendedorismo relativamente a ideias e inovações que beneficiem a aprendizagem coletiva e assegura que a voz de todos os membros seja participada na tomada de decisão	<input type="radio"/>				
Promove o empowerment individual e institucional através da dinamização de várias ações preventivas	<input type="radio"/>				

26. 22. Considerando o modelo colaborativo utilizado na CPCJ, mencione a importância das dimensões (intra-institucional) que se refletem no seu contexto de trabalho (1- nada importante a 5- muito importante). *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Nada importante	Pouco importante	Importante	Bastante importante	Muito importante
Comunicação eficiente e eficaz entre todos os elementos	<input type="radio"/>				
Coordenação	<input type="radio"/>				
Espírito de equipa	<input type="radio"/>				
Cooperação	<input type="radio"/>				
Intervenção em rede	<input type="radio"/>				
Objetivo comum	<input type="radio"/>				
Empowerment organizacional/interorganizacional	<input type="radio"/>				
Empatia	<input type="radio"/>				
Parceria formal	<input type="radio"/>				
Parceria informal	<input type="radio"/>				
Análise crítica	<input type="radio"/>				
Liderança	<input type="radio"/>				

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

Anexo 2 – Declaração de consentimento da CNPDPCJ



Isabel da Conceição Antas
ISCTE-IUL

Exmo./a Sr./a Presidente da Comissão
Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção
das Crianças e Jovens
Dr.ª Rosário Farmhouse

Data: Lisboa, 16 de fevereiro de 2021

ASSUNTO: PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO

O meu nome é Isabel da Conceição Abreu Rebouta Antas, sou aluna de 2.º ano do Mestrado em Serviço Social do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e do Empresa – Instituto Universitário de Lisboa-(ISCTE-IUL) e estou atualmente em fase de elaboração da minha Dissertação de Mestrado em Serviço Social, sob a coordenação da Prof. Dr.ª Helena Belchior Rocha, cujo tema incide sobre abordagem colaborativa em Contexto de Comissões de Proteção de Crianças e Jovens e tem como objetivo geral compreender o modelo de abordagem colaborativa em contexto de Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, reportando-se à relação entre profissionais com diferentes formações académicas, a relação destas equipas com as equipas com competência em matéria de infância e juventude e os tribunais tendo subjacente o superior interesse da criança.

Assim, venho por este meio solicitar autorização para que o meu estudo seja realizado junto dos membros da modalidade restrita e alargada das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens. Uma das técnicas de recolhas de dados que irei utilizar nesta pesquisa, será através inquérito por questionário on-line, para a qual, solicito a vossa prestimosa colaboração para que o mesmo seja divulgado junto destas.

Agradeço desde já a sua atenção, subscrevo-me com os melhores cumprimentos

Isabel Antas

Anexo 3 – Email



isabel antas <isabel.abreu.antas@gmail.com>

Pedido de colaboração -Dissertação mestrado Isabel Antas/ISCTE

1 mensagem

isabel antas <isabel.abreu.antas@gmail.com>
Para: cpcj.sines@cnpdpdj.pt

6 de abril de 2021 21:42

Exm.ª Senhora/
Presidente

O presente estudo surge no âmbito de uma dissertação de mestrado a decorrer no **ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa**. Este estudo incide sobre abordagem colaborativa em Contexto de Comissões de Proteção de Crianças e Jovens e tem como objetivo geral compreender o modelo de abordagem colaborativa em contexto de Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, reportando-se à relação entre profissionais com diferentes formações académicas, a relação destas equipas com as equipas com competência em matéria de infância e juventude e os tribunais tendo subjacente o superior interesse da criança, devendo ser preenchido por todos os elementos que constituem a Comissão Alargada quer Restrita entre o dia 1 de Abril a 12 de Abril de 2021.

O estudo é realizado por *Isabel Antas* (isabel_da_antas@iscte.iul.pt) e orientado pela Prof. Dr.ª Helena Belchior Rocha, com o seguinte email: helena_rocha@iscte-iul.pt e/ou isabel.r.antas@gmail.com, que poderá contactar caso deseje colocar uma dúvida ou partilhar algum comentário.

A sua participação será muito valorizada, pois irá contribuir para o avanço do conhecimento neste domínio e consiste no preenchimento de um inquérito por questionário on-line, cujo tempo médio é de 15 minutos. Não existem riscos significativos expectáveis associados à participação no estudo. A participação neste estudo é estritamente voluntária: pode escolher participar ou não participar. Se escolher participar, pode interromper a participação em qualquer momento sem ter de prestar qualquer justificação. Para além de voluntária, a participação é anónima e confidencial. Os dados obtidos destinam-se apenas a tratamento estatístico e nenhuma resposta será analisada ou reportada individualmente. Em nenhum momento do estudo precisa de se identificar.

Acesso ao inquérito:
<https://forms.gle/Q9x9qK9Syp1LovS67>

Muito obrigada pela sua atenção!

Com os melhores cumprimentos,
Isabel Antas

Anexo 4 – Gráficos

Gráfico 12 – A CPCJ à qual se encontra afeto possui um código de ética próprio por região (%)

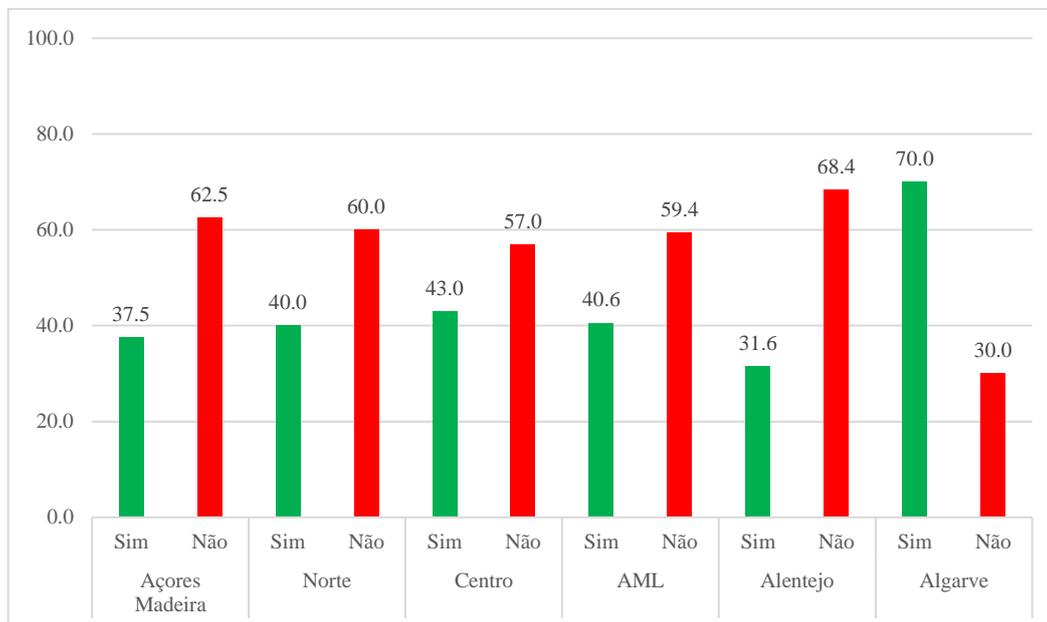


Gráfico 13 – A CPCJ à qual se encontra afeto possui um código de conduta por região (%)

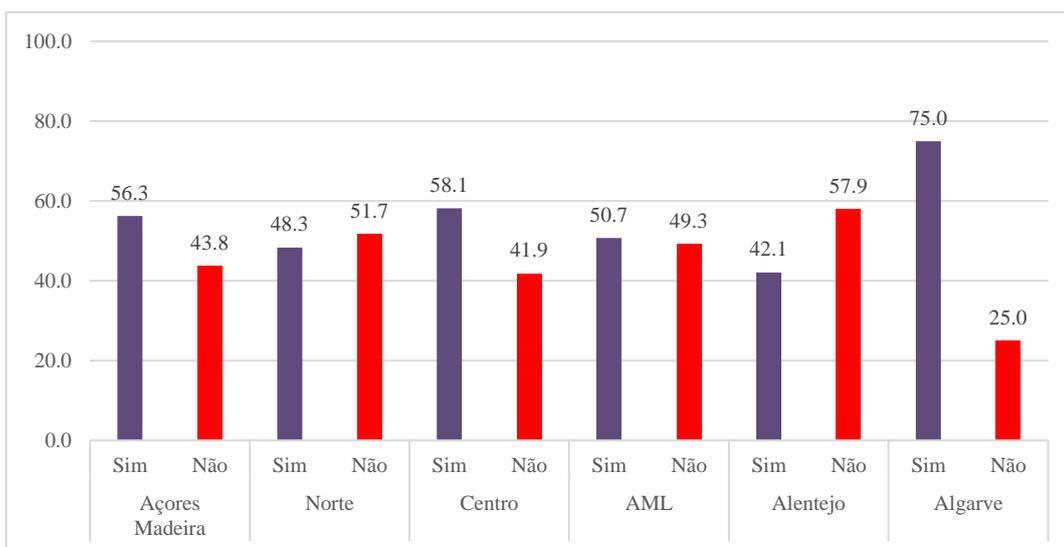


Gráfico 14 - A CPCJ à qual se encontra afeto possui um guia de princípios orientadores da intervenção por região (%)

